

Aprovada na 1061ª sessão

ALADI/CR/Ata 1050
12 de agosto de 2009
Horário: 10h às 12h55m

ATA DA 1050ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 1041ª e 1043ª sessões.
 4. Relatório da Reunião de Ministros da Área Social (ALADI/RMAS/I/Relatório Final).
 5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho:
 - Acesso aos Mercados de Bens
 - Normas e Disciplinas
 - Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações
 6. Solicitação de adesão da República da Nicarágua ao Tratado de Montevideú 1980.
 7. Preparação da Segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.
 8. Assuntos diversos.
-

Preside:

REGIS PERCY ARSLANIAN

Assistem: Juan Carlos Olima, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Edith Plaza (Argentina); Salvador Ric, Jenny Encinas, Pablo Guzmán Laugier, Benjamín Blanco Ferri, María Isabel Cadima Paz, Carmiña Manrique Arduz e Patricia Chavez Escobar (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli e José Gilberto Scandiucci, (Brasil); Eduardo Araya Alemparte e Hernán Enrique Núñez Montenegro (Chile); Cielo González Villa (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo e Andrés Terán Parral, (Equador); Dora Rodriguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly Fernández (Paraguai); Ricardo B. Romero Magni e Jessica Pásara Caycho (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai); Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral interino: Ricardo Hartstein.

Subsecretário: Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Bom dia. Começamos a 1050ª sessão ordinária do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Primeiro teríamos que aprovar a agenda que temos à nossa frente, dentro da pasta.

Posso considerar aprovada a agenda?

Aprova-se a agenda.

2. Assuntos em Pauta

...Passamos à questão dos assuntos em pauta. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral interino. Obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

Na pasta dos senhores Representantes, encontram-se os documentos em pauta. Destacamos a nota que recebemos do Ministério das Relações Exteriores da República da Nicarágua, por meio da qual nos informa acerca de seu interesse em ingressar na

Associação, e a nota da Representação Permanente do Chile, por meio da qual, infelizmente, informa que o excelentíssimo senhor Embaixador Eduardo Araya irá embora.

Esses são os dois temas que gostaria, especificamente, de mencionar. No caso do Embaixador Araya, estamos coordenando a despedida em uma sessão extraordinária para o dia 26, seguida de um almoço. Muito obrigado, senhor Presidente.

"Designações e cessações

Representação Permanente do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 47, de 04/08/2009.

Comunica que o Embaixador Eduardo Araya Alemparte cessará suas funções como Representante Permanente do Chile em 31 de agosto do presente ano.

Solicitação de Adesão

Ministro das Relações Exteriores da República da Nicarágua. Nota MRE/DVM-DGA/274/04/09.

Faz referência à visita oficial realizada pelo senhor David Choquehuanca Céspedes, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia, na qual foi abordado o interesse do Governo de Reconciliação e Unidade Nacional de incorporar-se à Associação Latino-Americana de Integração. A esse respeito, manifesta o interesse oficial do Governo da Nicarágua em aderir ao Tratado de Montevideu 1980.

Vigências de Acordos e Protocolos

1. Representação Permanente da Argentina. Nota EMSUR N° 104, de 06/08/2009.

Comunica que seu Governo cumpriu com os trâmites de incorporação a seu ordenamento jurídico interno do Décimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados - (AR.AM 1).

Publicado como documento ALADI/CR/di 3007.

2. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 423/09, de 10/07/2009.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico do Uruguai do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 58.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2780.1

Comunicações das Representações

Representação Permanente do Equador. Nota N° 77, de 31/07/2009.

Comunica que os fundos destinados ao Equador no Programa de Apoio não devem ser utilizados na participação da Secretaria em eventos.

Convites recebidos

Reino Unido. Commonwealth Business Council. Nota de 06/08/2009. Convida o Secretário-Geral a participar como expositor no "Commonwealth Business Forum", que será realizado em Puerto España, Trinidad y Tobago, de 23 a 26 de novembro de 2009.

Bolívia. Câmara Departamental da Indústria. Nota N° 686, de 23/07/2009. Convida o Secretário-Geral para participar como expositor no "Simpósio de comércio internacional e competitividade", que será realizado de 2 a 4 de setembro de 2009.

Documentos publicados destacados

1. Créditos orçamentários voltados ao Fundo de Capital de Giro (Período 2004-2008) (ALADI/SEC/di 2260).
2. Integração do Fundo de Capital de Giro criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/2254).
3. Quantificação da despesa em remunerações sob diferentes sistemas de ajuste - Adendo (ALADI/SEC/dt 505/Add. 1).
4. Plano de difusão do Sistema de Codificação de Origem Digital da ALADI (SCOD-ALADI) (ALADI/SEC/dt 506).
5. Nono Curso Breve de Política Comercial para os países-membros da ALADI (ALADI/SEC/Memorando 200).
6. Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos - Funcionamento do Sistema de Compensação Multilateral (ALADI/SEC/di 2258).
7. Reunião de Ministros da Área Social (ALADI/RMAS/I/Relatório Final) e Reunião Preparatória de Nível Técnico – Relatório Preliminar (ALADI/RMAS/I/di 3).
8. Os efeitos da crise econômica internacional no comércio exterior da ALADI – Terceiro Relatório (ALADI/SEC/di 2218.2)."

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral interino. Sobre a questão da Nicarágua, temos um ponto específico na agenda: o ponto seis, no qual discutiremos a nota enviada pela Nicarágua com o pedido de adesão.

Com relação à partida do Embaixador Araya, devo dizer que a palavra certa é infelizmente, porque imagino que todos nós não recebemos esta notícia com alegria. Ele fará muita falta, mas, de toda a forma, diremos tudo o que nossos corações sentem com a partida do Embaixador Araya no momento oportuno.

3. Consideração das atas correspondentes às 1041ª e 1043ª sessões

...em seguida, a consideração das atas correspondentes às 1041ª e 1043ª sessões.

Pergunto se podemos aprovar essas atas. Alguma objeção? Todos de acordo com as atas?

Então, aprovam-se as atas correspondentes às sessões 1041 e 1043.

4. Relatório da Reunião de Ministros da Área Social (ALADI/RMAS/I/Relatório Final)

...Passamos ao ponto número quatro, que é o relatório da reunião de Ministros da Área Social, realizada há uns dez dias aqui. Eu estava ausente, mas soube que foi um grande sucesso.

Passo a palavra ao Embaixador Franklin González, Coordenador do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social, para fazer a apresentação deste relatório. Por favor, Embaixador Franklin González.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

Dando cumprimento ao mandado da Décima Quinta Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, no dia 31 de julho se realizou a primeira reunião de Ministros da Área Social dos Países-Membros da Associação, convocada de acordo com o estabelecido pela Resolução 69 no Décimo Quinto Conselho de Ministros, no segundo semestre do ano corrente.

Esta reunião foi precedida de um encontro preparatório de nível técnico, realizado em 30 de julho, que aportou elementos substantivos para a discussão e acordos posteriores. Participou do evento um total de 54 pessoas, entre Ministros e Altos Funcionários, pessoal técnico das instituições sociais convocadas, membros da Representação e pessoal da Secretaria, destacando a presença da Ministra Nidia Vílchez Yucra, do Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social - MIMDES - da República do Peru, e de quatro Vice-Ministros, da Bolívia, de Cuba, do Uruguai e da Venezuela, e de Altos Funcionários governamentais dos países-membros.

Após cumprir com todos os passos da agenda e do programa, como conclusão, depois de longas horas de debate e de trabalho, os assistentes aprovaram as seguintes propostas para que sirvam de insumo na criação do plano de ação priorizado. As mesmas estão organizadas de acordo com os elementos que constam na Resolução 69 (XV), a saber:

Lineamentos: A) Cooperação como ferramenta de apoio à inclusão social. Propostas: 1) Criação de um banco de dados de experiências bem-sucedidas no desenvolvimento social. 2) Realização de oficinas para a análise e a identificação de atividades e projetos específicos de desenvolvimento social. 3) Estabelecimento de mecanismos de relação institucional entre a Associação dos organismos nacionais, sub-regionais, regionais, internacionais, que têm a seu cargo o tratamento da dimensão social. 4) Que o Comitê de Representantes realize, através do Grupo de Trabalho sobre Dimensão Social, o acompanhamento dos programas e das ações acordados. 5) Promover a cooperação em matéria sanitária, fitossanitária e regulamentos técnicos.

Sobre o lineamento integração produtiva como instrumento da inclusão social, as propostas são: 1) Impulsionar o desenvolvimento de soluções do problema de acesso às modalidades de poupança e crédito. 2) Apresentar programas de integração produtiva e comercial nas zonas fronteiriças. 3) Propiciar o fortalecimento das cadeias produtivas vinculadas aos setores economicamente menos beneficiados. 4) Promover experiências a serem realizadas junto com o setor acadêmico dirigidas à capacitação dos funcionários públicos em temas de integração.

O último lineamento é o aprofundamento e a facilitação do comércio em apoio à inclusão social. As propostas para este lineamento são: 1) Realizar estudos sobre o impacto social e meio-ambiental do processo de integração comercial da ALADI. 2) Desenvolver ações orientadas a simplificar, padronizar e modernizar os aspectos operativos dos intercâmbios comerciais. 3) Promover um maior intercâmbio dos produtos e bens de maior valor agregado. 4) Apoiar os países-membros em suas estratégias e leis nacionais de proteção dos conhecimentos tradicionais. 5) Propiciar ações que favoreçam um acesso real ao mercado regional dos produtos originários dos países-membros, em especial dos PMDERs, que beneficiem particularmente suas MPMEs e outras formas de organização

produtiva. 6) Promover a organização de oficinas voltadas ao intercâmbio de experiências em áreas como: comercialização de produtos de empreendimento de economia social e solidária e empresas recuperadas por seus trabalhadores. 7) Elaboração de uma matriz de experiências bem-sucedidas referentes a políticas públicas de apoio na comercialização de produtos, bem como na exportação. 8) Facilitar o acesso das MPMEs aos mercados regionais através da implementação de um fórum eletrônico onde se apresentem ofertas e demandas de produtos elaborados nos países-membros.

Finalmente, gostaria de informar que, no dia 30, a jornada durou o dia inteiro, e estivemos trabalhando até quase às onze da noite. No dia seguinte, na reunião de Ministros da Área Social, também se esteve trabalhando durante todo o dia e até o início da noite, e o comentário geral de todos os participantes, tanto para a reunião do dia 30 como para a do dia 31, era que havia sido uma jornada bem significativa. Além disso, em todo momento, imperou o respeito a todas as posições manifestadas ali. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Franklin González.

Parabéns a todos nós pela conferência ministerial. Eu quero somente fazer um comentário, com o afã de poder oferecer uma contribuição para o *follow up*, para o acompanhamento do plano de ação e para o acompanhamento das deliberações da conferência ministerial.

O MERCOSUL trabalhou -como o senhor sabe muito bem, Embaixador- muito intensamente na parte de integração produtiva e na parte de uma melhor inserção das MPMEs, das médias e pequenas empresas, dentro de um processo de integração e de construção de integração em vários setores da atividade econômica dentro do MERCOSUL. Vários programas de integração produtiva foram articulados, inclusive, como o senhor sabe, vinculados ao FOCEM, ao Fundo de Convergência Estrutural, talvez esses programas pudessem ser úteis para nossos trabalhos daqui, na ALADI, como forma de nos dar algum subsídio, algum insumo, que pudessem ajudar a agilizar e ampliar os nossos horizontes de trabalho no plano de ação da conferência ministerial. Como uma sugestão, apenas.

Não sei se haveria algum comentário sobre o relatório apresentado pelo Embaixador Franklin González. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Embaixador Franklin González pelo relatório, e manifestar a satisfação de nossa Delegação pelos resultados alcançados nesta importante reunião dos ministros da Área Social. Parece-me que no documento final, tal como exposto pelo Embaixador González, há muitos elementos, é um documento muito completo e rico em propostas, que nos permitirá um trabalho bastante profundo na preparação do plano de ação mandado pelo Conselho de Ministros.

Gostaria, também, em relação ao ponto específico incluído no relatório final da reunião, de fazer um comentário adicional que poderia servir como um insumo para a consideração futura do tema. Refiro-me à questão, mencionada pelo Embaixador González, do apoio às estratégias nacionais de proteção dos conhecimentos tradicionais. Esta questão foi discutida amplamente na reunião de Ministros, e foi uma discussão bastante interessante.

É possível que isso, a partir de sua inclusão neste documento, possa ter uma continuação aqui no âmbito dos trabalhos do Grupo sobre a dimensão social, ou talvez em

outro Grupo de Trabalho. Então, nós gostaríamos de acrescentar uma informação que nos parece relevante sobre isto, referente à iniciativa que o Brasil tem junto com outros países, inclusive vários países-membros da ALADI, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, de apresentação de uma proposta de emenda ao acordo sobre os aspectos de direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, conhecido como Acordo ADPIC, ou acordo TRIPS, por seu nome em inglês.

Depois vamos entregar à Secretaria uma cópia dessa proposta, com o pedido de que seja disponibilizada a todas as Representações, porque nos parece que pode nos servir como uma informação muito importante para o tratamento deste tema no futuro, no âmbito da ALADI.

Resumo a proposta rapidamente. Refere-se à regulamentação da questão de patentes vinculadas a conhecimentos tradicionais e aos recursos biogenéticos vinculados aos mencionados conhecimentos. A proposta consiste em estabelecer essencialmente três condições para a possibilidade de registro de patentes: uma primeira condição é que o país, ou a empresa que faz o registro da patente, revele o nome do país de onde se originam estes recursos; uma segunda condição é que esteja garantido o respeito às normas nacionais do país de origem destes recursos e destes conhecimentos; e uma terceira condição, que também é muito importante, é a exigência de uma distribuição justa e equitativa dos benefícios que possam ser originados da utilização comercial dos recursos biológicos e dos conhecimentos tradicionais vinculados a estes recursos.

É uma proposta apresentada no âmbito da OMC e que tem o apoio, como co-patrocinadores, além do Brasil, de vários países que estão aqui também. Leio a lista dos países que são co-patrocinadores desta proposta da OMC: Colômbia, Cuba, Peru, Paraguai, Venezuela, Equador, e também tem como co-patrocinadores o grupo dos países de menor desenvolvimento, o grupo LDC na OMC: o grupo africano; África do Sul, China, Índia, Paquistão. Ou seja, é uma proposta que tem um amplo apoio nos países em desenvolvimento e muito particularmente no âmbito de nossa região.

Apresento esta informação, então. Parece-nos ser um insumo relevante para a continuação da discussão sobre este tema, e pedimos à Secretaria que disponibilize o documento a todas as Representações. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

Para informar o seguinte: como estabelecido na Resolução 69, uma vez realizado este evento, agora procede a convocatória da reunião do Grupo de Trabalho da Dimensão Social, para ver dois elementos que são insumo para a elaboração do plano de ação, que se discutirá no Grupo. Após haver acordo nesse âmbito, deve ser trazido ao Comitê, como diz a Resolução, que será a instância que tomará a decisão sobre o plano de ação. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Venezuela. Acredito que o grupo de Trabalho tem muito que fazer, e também tem a bênção do Comitê para continuar, ou para começar de uma vez a trabalhar sobre o plano de ação, sobre o acompanhamento da reunião, sobre a base dos resultados da mesma. Obrigado. Ofereço a palavra à Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Considero que o tema apresentado pela Delegação do Brasil é de muita importância, e mereceria que, ao menos, existisse um Grupo de Trabalho específico, em algum momento, não agora, para tratar a questão. É um pouco lamentável, estou aqui há dois anos e um mês, que nunca tenha se tratado esse tema tão importante no Comitê.

Há outro tema muito importante que deveria merecer fazer parte de um Grupo de Trabalho: a negociação de conflitos. É uma das dívidas, para mim, que a ALADI tem, porque é incrível que em trinta anos não exista um escritório, um tratado, um documento, algo, para lidar com nossos conflitos, e que seja necessário recorrer a outras instâncias onde os países, neste caso, latino-americanos estão em desvantagem.

Está certo que existam os outros, mas o lamentável é que nós não tenhamos estes procedimentos, estes acordos que periodicamente vêm de nossos países e avançam uma página ou meia página, e se reúnem dentro de três, quatro meses. Ou seja, para aprovar um documento, são necessários alguns anos, da forma como vão as coisas.

Então, acredito que demorar-nos nisso vai contra nós mesmos, e é lamentável o tema apresentado pelo Brasil, que seja conduzido na OMC e em outras partes, e aqui não; seria mais fácil ficarmos de acordo aqui e ir para lá separadamente, em um tema que é crucial para alguns de nossos países.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Equador. Verdade, se é uma emenda apresentada por tantos dos países-membros da ALADI ao acordo TRIPS, que tem tanto impacto e tantas implicações para todos nós, nada mais válido, nada mais legítimo, como o senhor falou, que possamos discutir aqui isso, que possamos refletir aqui nossas posições da OMC, que possamos defendê-las aqui também. Isso também é uma demonstração de coerência, de consistência com as posições de nossos próprios países aí na OMC. Obrigado, Representação do Equador.

Algum outro comentário?

Então, passaria ao ponto cinco de nossa agenda, que é o relatório dos coordenadores dos grupos de trabalho.

5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho:

- Acesso aos Mercados de Bens

...O primeiro relatório é sobre Acesso aos Mercados de Bens, apresentado pelo Embaixador do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena) Obrigado, Presidente.

Devo dizer que, na verdade, eu teria que ter feito algum relatório anteriormente, porque este será um relatório breve de um período bastante vasto. O Grupo de Trabalho de acesso, criado em 21 de junho de 2007, de acordo com uma Resolução, tinha dois objetivos principais: encarregar-se de realizar estudos e ações que proporcionassem elementos necessários para a ampliação do mercado, mediante o aprofundamento e a consolidação efetiva da liberação gradual e progressiva do comércio de bens entre os países-membros. Coisa que, na verdade, teve muita relação com os projetos de Resolução apresentados ao Conselho de Ministros sobre o acesso a mercados.

Por outro lado, estudar e analisar alternativas que propiciem o avanço gradual e progressivo dos programas de convergência, no seio da ALADI, que também esteve presente, e que, de acordo com a Resolução tomada no Conselho de Ministros, começou-se a avançar neste sentido.

As atividades tiveram início em 30 de julho de 2007, e desta data até agora foram realizadas quinze reuniões, que os senhores têm no relatório, em uma lista adjunta a cada uma delas. As tarefas realizadas nestes três anos podem ser divididas em duas etapas: a primeira etapa centrou-se na discussão e na elaboração de projetos de Resolução para o Conselho de Ministros no âmbito dos trabalhos para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio.

A segunda etapa, iniciada no final de 2008, no segundo semestre de 2008, centrou-se nos esforços para o acompanhamento e na proposta de atividades a serem realizadas pela Associação, especificamente na organização de uma Oficina sobre o estado de situação e alcance das preferências pactuadas no seio dos acordos da ALADI, no âmbito do Tratado de Montevideu, e seu aproveitamento pelos países-membros.

Com relação a esta atividade, o Grupo de Trabalho acordou a data de um evento desta Oficina sobre o estado de situação e o alcance das preferências, e há uma convocatória que deve ser aprovada pelo Comitê. Há um projeto de Acordo, proposta 300, nas pastas dos senhores, que indica os dias 10 e 11 de setembro. As capitais foram informadas com anterioridade, há um mês, sobre a realização deste evento, para que fossem tomadas as providências do caso.

Os objetivos do evento, os participantes e o programa estão nos termos de referência da oficina, distribuídos no Documento Informal 941, em sua terceira revisão.

Devo destacar o amplo apoio por parte das Representações e as interessantes discussões ao longo destas quinze sessões, além do clima construtivo que imperou no decorrer de todo o funcionamento deste Grupo de Trabalho. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Uruguai. Ofereço a palavra à Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Duas observações, bem rápidas: uma, acerca da importante prática de entregar uma cópia dos relatórios às Representações, de distribuir os relatórios quando forem ser apresentados ao Comitê, porque isto nos permite poder preparar os respectivos relatórios a nossas capitais, então, digo que esta é uma boa prática e deve ser feita, porque na reunião passada, ou há duas reuniões, não lembro bem neste momento, foi apresentado um relatório que não estava por escrito. Neste momento, resgato que essa deve ser a forma de trabalho da Secretaria-Geral. E para que sigamos com esta prática

A outra questão é a seguinte: o relatório apresentado pelo Embaixador, que é muito rico em conteúdo, embora com poucas palavras, ele mesmo o disse, fala que o Grupo de Trabalho começou em 30 de julho de 2007. Depois diz “por três anos”, e eu aqui, fazendo um exercício, digo que são dois anos, não três, então é para corrigi-lo. É uma coisa de fundo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Venezuela. Penso que é importante, sim, que a Secretaria prepare os relatórios. Às vezes, há casos em que, por exemplo, uma reunião se realiza na véspera do Comitê, e, com isso, a Secretaria manifesta que não dá

tempo de preparar o relatório, mas, sim, é uma prática que deveria ser cada vez mais usada.

Se o Comitê estiver de acordo, aprovamos a proposta 300, que está dentro das pastas de cada um dos Representantes Permanentes, com o projeto de Acordo para a realização da Oficina. Havendo consenso para este projeto de acordo, ele será registrado como número 283. Posso entender, então, que há acordo para aprovar o projeto?

Então, aprova-se o projeto de acordo, que será registrado como 283.

“ACORDO 283

CONVOCATÓRIA E AGENDA DA OFICINA SOBRE O ESTADO DE SITUAÇÃO E O ALCANCE DAS PREFERÊNCIAS PACTUADAS NO ÂMBITO DO TRATADO DE MONTEVIDÉU 1980 E SEU APROVEITAMENTO PELOS PAÍSES-MEMBROS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA a Resolução 338 do Comitê de Representantes e o documento ALADI/SEC/Proposta 300,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a Oficina sobre o estado de situação e o alcance das preferências pactuadas no âmbito do Tratado de Montevideu 1980 e seu aproveitamento pelos Países-Membros para 10 e 11 de setembro de 2009, a realizar-se na sede da Associação.

SEGUNDO.- Aprovar para essa Reunião a seguinte

AGENDA:

- 1 Abertura.
- 2 Apresentação: Resultados dos estudos sobre a evolução do comércio negociado e o aproveitamento das preferências (Secretaria-Geral da ALADI).
- 3 Rodada de discussão entre os participantes.
- 4 Rodada de comentários e possíveis sugestões sobre o SIAM.
- 5 Alternativas para melhorar o aproveitamento das preferências (Propostas dos participantes).
- 6 Conclusões.”

- Normas e Disciplinas

...Passamos, então, ao relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas. A Secretaria acaba de me dizer que não há um relatório escrito a esse respeito porque a reunião foi realizada ontem. Então, passo a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Hernán Núñez Montenegro). Obrigado, senhor Presidente. Efetivamente, o relatório se refere à reunião realizada no dia de ontem, que significou consultas e coordenações durante toda a tarde com algumas Representações e com a própria Secretaria-Geral.

A agenda do Grupo de Trabalho do dia de ontem considerava a análise das datas para a realização das segundas reuniões de negociação sobre Origem, Salvaguardas, Solução de Controvérsias. Neste sentido, as Representações deviam expressar sua preferência por uma das duas possibilidades de datas identificadas e acordadas previamente.

A Coordenação deseja destacar o ânimo positivo e a flexibilidade de todas as Representações para chegar a um acordo; tarefa que, como sempre, no caso da data não está isenta de dificuldades. Atendido o anterior, houve um consenso no Grupo de Trabalho para solicitar que sejam os próprios negociadores, no contexto de seus encontros, aqueles que determinem as datas dos eventuais futuros encontros. Agradeceríamos à Secretaria tomar nota da situação.

Tendo presente as diversas opções dos países, adotou-se como metodologia adotar as propostas que concitassem um maior número de ações, sem que isso impedisse a realização de consultas rápidas, que denominamos "Express" no interior do Grupo, com as capitais sobre novas propostas que foram aparecendo no decorrer da reunião. O resultado deste processo é o seguinte: a data proposta pelo grupo para a realização da reunião sobre Solução de Controvérsias é 28, 29 e 30 de outubro. Para Salvaguardas, a proposta é 15 e 16 de outubro.

Cabe manifestar que, conforme o acordado na reunião, a Representação do México solicitou a esta Coordenação, na tarde de ontem, a data 29 e 30 de outubro como data alternativa, o que apresentou inconvenientes ao menos para uma representação. Digo ao menos porque não houve possibilidade de contatar todas durante a tarde. Mas, em todo caso, atendido o acordo alcançado na manhã, a proposta do grupo ao Comitê é que a reunião mencionada seja realizada, como já indicamos, 15 e 16 de outubro.

Quanto à Origem, é necessário assinalar que, juntamente com a reunião das negociações, havia se considerado a realização de uma Oficina sobre Acumulação de Origem, que ia contar com uma contribuição financeira do BID. Neste âmbito, a Representação do Peru, devido a problemas de agenda de seus funcionários e à vontade de participar deste encontro, propôs que a atividade fosse realizada na semana de 8 a 11 de setembro. Neste tema, como no anterior, utilizou-se a via das consultas rápidas com as capitais, o que resultou que duas Representações manifestassem a esta coordenação sua impossibilidade de aceitar esta proposta. Do mesmo modo, na última hora da tarde de ontem, a Secretaria-Geral realizou consultas com o BID para analisar a possibilidade de uma data alternativa para a oficina sobre Acumulação.

Neste contexto, a Coordenação transmitiu verbalmente no dia de hoje, pela manhã, à maioria das Representações, a seguinte proposta: a reunião dos negociadores seria realizada nos dias 23 e 24 de setembro. Quanto à oficina de Origem, a data proposta, a ser

confirmada, seria 21 e 22 de setembro. Digo a ser confirmada porque depende de uma possibilidade de agenda do BID. Em todo caso, se o Banco Interamericano não puder realizar a oficina nestas datas, consideramos que a reunião de negociadores deva ser realizada igualmente na data indicada de 23 a 24 de setembro.

O Grupo de Trabalho acordou continuar seus trabalhos, já avançados, com relação ao projeto de regulamento da Comissão Administradora do Acordo Regional N° 8 sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, no entendimento de que o projeto que resultar de nosso trabalho será submetido à consideração da Comissão Administradora do mencionado acordo.

Isto é o que tenho a informar, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Somente um comentário. Entendo que o movimento do BID é o financiamento das reuniões, das oficinas, pergunto por que devemos estar condicionados às conveniências do BID em relação às datas. É uma pergunta, somente.

Então, peço que a Secretaria explique.

SECRETÁRIO-GERAL INTERINO. Obrigado, Presidente.

A questão é que o BID estaria nos financiando parcialmente, porque financiaria a participação na oficina. Então, estamos tentando, para que a realização de todo evento saia mais econômica para a Secretaria, ou seja, a Oficina de Acumulação mais Negociação, fazê-lo de forma conjunta, então a Secretaria pagaria menos passagens, etc., mas é difícil coordenar as atividades do BID e as atividades de todos os países, por isso o senhor Coordenador do Grupo informou e propôs as reuniões para os dias 23 e 24, dentro dos dias que já estavam previstos para a negociação e oficina, e com a possibilidade de que o BID possa fazê-lo 21 e 22, a ser confirmado. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretaria. A Representação do Peru, por favor.

Representação do PERU (Ricardo Romero). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas, e, efetivamente, nossa Representação havia proposto uma alternativa de data, uma nova data, para Origem, porque realmente é um tema que, para o Peru, é de suma importância. Já havíamos participado da primeira rodada negociadora e temos a intenção de participar desta segunda rodada, nas três disciplinas.

Lamentavelmente, as datas que estavam propostas se cruzam com as negociações que temos com a União Europeia, portanto, concordamos um pouco com as regras do jogo estabelecidas no âmbito do Grupo de Trabalho, e lamentamos comunicar que não estaremos em condições de poder participar do grupo negociador sobre Normas de Origem.

Em todo caso, gostaria de referir-me a um ponto que o Coordenador não mencionou, a questão dos fóruns virtuais. No caso de Origem, quando conversamos no Grupo de Trabalho, falou-se da possibilidade de estabelecer um fórum virtual sobre Origem, que permitiria àqueles especialistas da capital intercambiar uma série de opiniões e poder ir avançando entre reunião e reunião. Então, gostaria de reafirmar o desejo de nossa Representação de que fosse estabelecido o fórum virtual em matéria de Origem, e, também, em Solução de Controvérsias, que é um tema bastante longo. A próxima reunião terá uma duração de três dias, então nós solicitamos formalmente que também seja

estabelecido um fórum, não somente em Origem, mas também em Solução de Controvérsias. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Peru. Acabam de ser distribuídos pela Secretaria três projetos de Acordo. Um primeiro que fala da reunião de negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias, com datas definitivas para a reunião de 28 a 30 de outubro. Um segundo, sobre a reunião de negociação sobre Regime Regional de Salvaguardas, com data de 15 e 16 de outubro para a reunião, e, finalmente, um para a negociação do Regime Geral de Origem, propondo as datas de 23 a 24 de setembro, que não são convenientes para o Peru.

Pergunto se todos nós estaríamos de acordo em aprovar pelo menos os dois projetos de acordo: o de Controvérsias e Salvaguardas com as datas propostas.

Passo a palavra à Representação de Cuba. Minha ideia seria tentar ver se podemos, inclusive agora, definir datas novas para a reunião sobre Origem, nas quais o Peru possa participar. Mas, de todas as maneiras, passo primeiro a palavra à Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Muito obrigada, Presidente. Enquanto se abre a discussão sobre este tema, nós, de alguma maneira, queremos repetir, no Comitê de Representantes, nossa consideração sobre o tema de negociações de normas. Debateremos, no Grupo de Trabalho, a importância de que este processo de negociação tenha a duração que tiver e que os países estejam presentes; estamos cumprindo um mandado do Conselho de Ministros de atualização da norma que temos, e não teria –no nosso ponto de vista- sentido em que façamos um processo de negociação onde os países, seja pela participação direta de negociadores de capital, seja pelas próprias Representações com instruções de capital, mas que o país esteja presente no processo de negociação, e que o país expresse que a capital não irá participar, mas que a Representação está em condições de participar no processo de negociação.

Parece-nos importante que essa seja uma forma de trabalho, não sabemos quanto vai durar a negociação em cada uma das normas. Também se manifestou que essa era uma possibilidade, de que como não se sabe o tempo que vai transcorrer na negociação, nem todos os países necessariamente poderiam estar em todas as rodadas ou em todas as reuniões. É necessário que tenhamos consciência da importância da participação de todos e do esforço orçamentário, inclusive que estamos fazendo na Associação para financiá-la, de maneira tal de conseguir, ao final, um acordo na atualização destas normas, que é o mandado que temos dos Ministros. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba.

Um comentário, apenas. Essa não será a primeira, é a segunda reunião por acaso, não será a última reunião sobre Origem, sobre Salvaguardas ou sobre Solução de Controvérsias. Inclusive, pergunto ao Peru se poderíamos concordar com essas três datas e fazer a reunião, mesmo se um representante não pudesse vir à capital, mas, pelo menos, a Representação aqui é bastante acreditada para participar da reunião. Ou seja, na verdade, é uma reunião técnica. Haverá outras reuniões. Acredito que o melhor seria ter a reunião de uma vez, já que não houve acordo do Grupo, e poderíamos concordar com essas datas. E sempre haverá um acompanhamento; nada será decidido nessas reuniões de uma maneira definitiva.

A Representação do Peru, por favor. Perdão, a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Desculpe-me, Representação do Peru. Presidente, a questão das datas é complexa. Não é fácil coordenar as datas entre doze países. Em função disso, quando estávamos falando da Conferência de Avaliação e Convergência, estabelecemos um critério para uma reunião que é do máximo interesse e importância para todos: se houvesse oito países, ou seja, dois terços, a favor de uma data, essa data era estabelecida.

Então, entendo as dificuldades, mas estou convencido de que qualquer outra data que proponhamos trará outra dificuldade para outras Representações. Além disso, não há uma só rodada, como se esteve dizendo, e não estamos falando de uma rodada de negociação onde será feito o acordo definitivo sobre o tema Origem e, a partir daí, não seja possível realizar absolutamente nada. Não é assim.

Portanto, se continuamos postergando as reuniões, o que vai acontecer é que não vamos avançar em nada, Presidente; com todo o respeito e afeto para com a Representação do Peru, está claro que eles têm dificuldades, e está claro também que eles têm que privilegiar, nesta etapa, que os principais negociadores do tema Origem estejam nesta negociação que é da máxima importância para o Peru. Mas tenho certeza de que, por meio da Representação do Peru aqui, ou por meio de uma representação de menor hierarquia, será possível, ao menos, que estejam presentes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. É uma reunião técnica, ou seja, se vamos ter que deliberar sempre sobre as datas mais convenientes para todos nós sobre uma reunião técnica... Entendo que isso seja para uma reunião ministerial, para uma reunião de alto nível, mas para uma reunião técnica penso que não, terminará sendo um impedimento para nossos trabalhos, para o acompanhamento de nossos trabalhos.

Pergunto à Representação do Peru se poderíamos chegar a um acordo sobre essas datas. Obrigado.

Representação do PERU (Ricardo Romero). Obrigado, Embaixador. Bem, na verdade não era nossa intenção reabrir o tema, simplesmente fizemos uma proposta. Teríamos ficado conformes com que a reunião fosse realizada de 8 a 11, e explicamos as razões pelas quais essa teria sido a data mais conveniente.

No entanto, se existe uma maioria de países, e devo entender que é assim, simplesmente nós nos juntamos ao consenso, ou seja, não pretendemos que os trabalhos se detenham.

Insisti e quero enfatizar o tema da criação destes fóruns virtuais, que nos ajudem caso alguns especialistas não possam participar, que entre reunião e reunião seja possível intercambiar ideias, sobretudo em uma série de aspectos vinculados inclusive a definições, nos quais seja possível ir avançando, porque o fórum demonstrou ser uma ferramenta útil para muitos casos.

Então, além de aceitar as outras reuniões em Salvaguardas e Solução de Controvérsias, simplesmente concordamos com a maioria em Origem, e solicitamos, formalmente, insistiríamos, na criação de fóruns virtuais em Origem e Solução de Controvérsias. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Peru.

Então, temos uma concordância em relação às datas das três reuniões: Solução de Controvérsias, Salvaguardas e Regras de Origem. Apenas um comentário, penso que a ideia dos fóruns virtuais foi discutida no Grupo, e as próprias reuniões podem tomar essa decisão, não? Mas passo a palavra à Representação Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Primeiro, para agradecer à Representação do Peru a atitude de trabalho, e, segundo, para apoiar especificamente o pedido que está sendo feito pela Representação do Peru, isto é, nós, no Comitê de Representantes, podemos tomar essa decisão. O Peru está solicitando isso, ajuda-o em sua decisão, ajuda-nos, todos, porque é uma forma de avançar no trabalho. Então, acredito que nós podemos adotar aqui a decisão muito rapidamente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Sobre a proposta da criação de fóruns virtuais, na área de Normas e disciplinas, nós estaríamos abertos a examinar esta possibilidade, e, inclusive, pode-se decidir aqui, pode-se examinar o assunto, mas nos parece que não se pode criar um fórum virtual sem que tenhamos a proposta específica feita pela Secretaria, incluindo os termos de referência, as modalidades de participação, os participantes.

É relevante recordar que, no caso de Salvaguardas, a criação de um fórum virtual surgiu como proposta dos próprios negociadores. Isso não é assim no caso de Origem e Solução de Controvérsias, então, neste caso, teríamos que examinar a ideia, consultar os negociadores para ver se de fato há interesse em fazê-lo, mas é uma boa ideia do Peru que merece ser examinada, e sugeriria que a enviássemos ao Grupo de Trabalho para que o examine a partir de uma proposta que a Secretaria poderia elaborar, de termos de referência e participação para que então decidamos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Então, a Secretaria irá preparar os termos de referência para os fóruns virtuais.

Se estamos de acordo, o projeto de acordo... A Representação de Cuba está pedindo a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Para manifestar nosso apoio à proposta feita pela Argentina de impulsionar um pouco e respaldar o tema dos fóruns virtuais como ferramenta de trabalho.

É importante que tenhamos clareza, é uma ferramenta de trabalho da negociação, que não implica posições de negociação absolutamente, que se vê agora reforçado pela solicitação que está sendo feita pelo Peru, que nos parece totalmente justa. Indicamos também que na reunião do Grupo de Trabalho, no caso da negociação de Origem, a Secretaria-Geral apontou os três pontos que estariam fazendo parte desse fórum virtual que é de intercâmbio de ideias gerais sobre a negociação, mas que, francamente, não nos parece necessário estender ou pospor a decisão de abrir esse intercâmbio entre a Secretaria e os negociadores, e, em todo caso, que o Grupo de Trabalho, de alguma maneira, monitore com a Secretaria o desenvolvimento desta ação que é interna da negociação. Obrigada.

PRESIDENTE. Bem, muito obrigado, Representação de Cuba. Então, a ideia do Peru, sobre um fórum virtual, tem amplo apoio do Comitê, e a Secretaria irá preparar, então, os termos de referência para a discussão disso no Grupo de Trabalho.

Com isso, teríamos 3 projetos de Acordo aprovados. O de Origem receberá o número de 284, o de Salvaguardas, de 285, e o de Controvérsias, de 286. Com isso, temos as datas definidas para as três reuniões de negociação sobre os três temas.

“ACORDO 284

CONVOCATÓRIA PARA A SEGUNDA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO
SOBRE O REGIME GERAL DE ORIGEM DA ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 65 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO Que, nos dias 6 e 7 de julho de 2009, realizou-se, na sede da ALADI, uma Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI, convocada por meio da Nota ALADI/SUBSE-LC 206/0, de 3 de junho de 2009 (ALADI/RN.RGO/Relatório, de 7 de julho de 2009); e

Que, no âmbito da mencionada Reunião de Negociação as Representações consideraram pertinente que fosse convocada uma próxima reunião no decorrer do presente ano, no mais breve prazo possível, para continuar com o processo negociador do Regime Geral de Origem,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a Segunda Reunião de Negociação sobre Regime Geral de Origem para os dias 23 e 24 de setembro de 2009, na sede da Associação, com o propósito de continuar com o processo negociador do mencionado Regime.”

“ACORDO 285

CONVOCATÓRIA PARA A SEGUNDA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO
SOBRE O REGIME REGIONAL DE SALVAGUARDAS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 66 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO Que, nos dias 13 e 14 de julho de 2009, realizou-se, na sede da ALADI, uma Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas,

convocada por meio da Nota ALADI/SUBSE-LC-206/09, de 3 de junho de 2009 (ALADI/RN.RRS/Relatório, de 14 de julho de 2009); e

Que, no âmbito da mencionada Reunião de Negociação as Representações consideraram pertinente que fosse convocada uma próxima reunião no decorrer do presente ano, no mais breve prazo possível, para continuar com o processo negociador do Regime Regional de Salvaguardas,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a Segunda Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas para os dias 15 e 16 de outubro de 2009, na sede da Associação, com o propósito de continuar com o processo de negociação do mencionado Regime. ”

“ACORDO 286

CONVOCATÓRIA PARA A SEGUNDA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO
SOBRE O REGIME REGIONAL DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 67 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO Que, nos dias 15 e 16 de julho de 2009, realizou-se, na sede da ALADI, uma Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias, convocada por meio da Nota ALADI/SUBSE-LC-206/09, de 3 de junho de 2009 (ALADI/RN.RRSC/Relatório, de 16 de julho de 2009);

Que, no âmbito da mencionada Reunião de Negociação as Representações consideraram pertinente que fosse convocada uma próxima reunião no decorrer do presente ano, no mais breve prazo possível, para continuar com o processo negociador do Regime Regional de Solução de Controvérsias,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a Segunda Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias, de 28 a 30 de outubro de 2009, na sede da Associação, com o propósito de continuar com o processo negociador do mencionado Regime.”

- Comércio eletrônico e tecnologias da informação e das comunicações

...Passaríamos, então, para o relatório do Chile, sobre comércio eletrônico e tecnologias da informação e das comunicações. Passo a palavra à Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Hernán Núñez Montenegro). Obrigado, senhor Presidente.

A reunião do Grupo foi realizada ontem também, após a reunião do Grupo de Normas e Disciplinas, razão pela qual tampouco foi possível a preparação de um relatório por escrito, mas, como o senhor poderá considerar, foi uma manhã bastante produtiva.

O Grupo analisou dois temas fundamentais. Recebeu-se o relatório do Subsecretário Quina sobre o estado de situação do projeto COD. Deste relatório, podemos destacar, primeiro, que a Colômbia e o Chile contribuíram com os antecedentes necessários para iniciar as provas técnicas, e o Brasil apresentou quase a totalidade dos documentos. Em segundo lugar, a Secretaria-Geral procedeu ao registro do autor do sistema e à elaboração de uma nova versão do respectivo manual. Em terceiro lugar, a Secretaria-Geral apresentou uma proposta de um plano de discussão do sistema COD, que será posteriormente analisada.

Posteriormente, procedeu-se à análise da apresentação pela Delegação do Brasil de uma nova versão do documento sobre facilitação do comércio, certificados de origem digital. Logo depois desta apresentação, receberam-se comentários de algumas Representações, sendo que sua análise mais profunda será feita na próxima reunião do Grupo. Isso é o que tenho que informar, senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Algum comentário do Comitê?

O Subsecretário Quina quer fazer um comentário, depois a Representação Argentina. O Subsecretário Quina, por favor.

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina). Somente gostaria de acrescentar algo que é importante ter em conta. Na semana passada, foram realizados os trâmites correspondentes no Registro de Direitos de Autor do sistema de certificação de origem digital da ALADI na versão 1.0.

O trâmite se realizou mediante a apresentação de uma nota de 7 de agosto, e este fica registrado, o manual e sua capa, seguindo as disposições internas do Governo uruguaio na matéria, no que se refere a Direitos de Autor. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Subsecretário Quina. Por favor, Representações da Venezuela e da Argentina.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

Uma pergunta que faço para a Secretaria-Geral sobre os relatórios. Estava esperando que terminasse esse relatório para perguntar quando seriam entregues as versões em escrito às Representações.

PRESIDENTE. A Secretaria responde que amanhã. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero manifestar a satisfação da Representação Argentina por este registro que está sendo feito. Penso que não existem antecedentes que a ALADI, como estrutura institucional, tenha incorporado um sistema a um registro de patentes. Isto não é pouca coisa e devemos tomar consciência das coisas que fazemos, porque muitas vezes as

coisas passam assim, como despercebidas, quando custou um enorme esforço chegar ao ponto correspondente.

A segunda questão, peço desculpas por voltar atrás, é sobre a questão dos três acordos aprovados. O que não foi dito, obviamente não é necessário que esteja no acordo, é que a ALADI está financiando, neste caso, a vinda de um técnico por país para cada uma das negociações. Então, é importante que tenhamos presente este tema porque também reflete um esforço orçamentário que a Associação está fazendo para avançar em cada um destes casos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação Argentina. O Subsecretário Quina solicita a palavra novamente.

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as palavras do Embaixador Olima. Penso que o esforço que todos fizemos, tanto no Grupo de Trabalho como os técnicos da Secretaria, merece um grande reconhecimento, e agradeço Embaixador, porque estamos dando um passo muito importante e espero que no futuro registremos muitas marcas e patentes.

Quero antecipar que já terminaram os trabalhos de ingresso de informação no sistema COD pelo Chile e pela Colômbia, o que implica que ambos os países já ficaram habilitados para ingressar toda sua estrutura interna de operação e começar a realizar as provas de comprovação e ajustes dos certificados de origem. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Subsecretário Quina.

Então, com isso, completamos, se os senhores estiverem de acordo, a parte dos relatórios dos Grupos de Trabalho, e passamos ao ponto seis de nossa agenda, sobre a solicitação de adesão da República da Nicarágua ao Tratado de Montevidéu 1980.

6. Solicitação de adesão da República da Nicarágua ao Tratado de Montevidéu 1980

Os senhores têm em suas pastas uma cópia da carta enviada ao antigo Secretário-Geral Hugo Saguier pelo Ministro pela Lei, da Nicarágua, manifestando o interesse oficial do Governo da Nicarágua de aderir ao Tratado de Montevidéu 1980. Junto com esta nota, há um projeto de Resolução que cria o Grupo de Trabalho, a exemplo do que foi feito para o Panamá, muito recentemente.

Então, submeto à consideração do Comitê o pedido do Governo da Nicarágua de aderir ao Tratado de Montevidéu 1980.

Não deixa de ser um pequeno comentário: é um fato muito importante que nós tenhamos, nos últimos meses, meses ou anos, tido o interesse manifestado oficialmente, formalmente, por dois países irmãos para aderir à ALADI. Então, submeto à consideração da sala a Nota enviada pelo Ministro pela Lei da Nicarágua.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Dois comentários: primeiro, desafortunadamente, não tenho em minha pasta, em minha mesa, em parte alguma, cópia da nota enviada pelo Chanceler da Nicarágua. De tal maneira, é-me difícil pronunciar-me sobre algo que não conheço.

Em segundo lugar, obviamente celebramos a incorporação de novos e maiores países da região à ALADI, mas, obviamente, tenho que, antes de tomar alguma decisão, consultar meu país. De forma tal que peço: a) que seja distribuída a nota, b) que nos seja dado tempo para que o tema seja ingressado e para fazer as consultas correspondentes com as Chancelarias. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Sobre o a), acabam de dizer-me que a nota foi distribuída por nota pela Secretaria, então não está nas pastas, mas sim foi distribuída por nota, pela Secretaria a todos nós.

Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Nós recebemos com grande interesse e com satisfação a nota distribuída pela Secretaria, com a informação sobre a intenção da Nicarágua de aderir ao Tratado de Montevideu 1980, e vemos isso com o melhor espírito. O Brasil considera que isto é um sinal de um melhor futuro para a ALADI, um sinal de força da ALADI, de sua capacidade de atrair os demais países latino-americanos na consecução dos objetivos que estão previstos no Tratado de Montevideu 1980, que é um Mercado Comum de toda a região.

Então, recebemos com muita alegria, damos as boas-vindas a esta informação e estaremos dispostos a trabalhar no âmbito que for decidido aqui. Logicamente, realizaremos as consultas do caso quando for o momento, mas gostaria de deixar constância de nossa satisfação por esta ótima notícia. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Ofereço a palavra ao Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Brevemente, nós recebemos com prazer esta solicitação da Nicarágua. Isto nos dá um novo potencial ingresso de um país da América Central, quer dizer que nos dá uma conexão mais forte com a América Central, coisa que celebramos.

Também temos a esperança de que, rapidamente, outro país solicite o ingresso, de maneira que não sejamos treze países durante muito tempo. Também o passaremos para consideração de nossas autoridades, mas deduzimos que se vai acompanhar esta solicitação de ingresso, e estamos dispostos a trabalhar no âmbito decidido no Comitê de Representantes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Uruguai. Para a integração, não podemos ser supersticiosos, Representação do Uruguai. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Presidente, depois de sua resposta, eu verifiquei, e, na verdade, eu nunca vi esta Nota, e minha Representação também não. Sim, lembramos oportunamente a comunicação do Presidente do Comitê, que era a Bolívia, quando da visita do Chanceler Choquehuanca e também lembramos que, em seu momento, foi dito que era necessário esperar que a própria Nicarágua formulasse esta petição, e como foi feita menção a isto, Presidente, eu quero recordar que a posição da Representação Argentina é de ampliar ao máximo a participação de todos os países da região na ALADI, inclusive, quero lembrar que, em seu momento, foi assinalado que, tendo sido produzida esta iniciativa por parte do então

Presidente do Comitê, o lógico seria que este convite fosse formulado a todos os países da região para que não houvesse restrições a favor nem contra ninguém, para que todo o mundo soubesse que a ALADI está em atitude de abertura, e que, quanto mais países da região se incorporarem, mais felizes vamos nos sentir.

De tal maneira, Presidente, quero deixar constância que não estamos problematizando ao dizer “temos que analisar a solicitação da Nicarágua”. Estamos felizes de que a Nicarágua se incorpore, como todos os demais países da região. Digo que há um trâmite, há um procedimento ao que temos que ajustar-nos, e isso é o que estamos solicitando. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. A Representação da Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Queria dizer o mesmo que dissemos quando esta ideia foi apresentada pelo Presidente do Comitê, o amigo da Bolívia, ao nos informar sobre o interesse da Nicarágua de solicitar sua adesão ao Tratado de Montevidéu.

Para nós, é realmente gratificante que o Governo da Nicarágua, mediante seu Ministro pela Lei, como diz aqui, esteja solicitando a adesão à ALADI. Algo a ALADI estará fazendo, dentro de pouco tempo já não seremos treze, mas sim quatorze. O problema não é dos treze ou dos quatorze, o problema é como vamos distribuir-nos depois aqui nesta sala, será um problema orçamentário que teremos que resolver.

Queria dizer que estamos absolutamente de acordo com esta solicitação e com a Resolução também, e, além disso, estamos de acordo com que se conforme o Grupo de Trabalho no mais breve prazo possível, e estamos propondo formalmente que o Coordenador desse grupo seja o Embaixador da Bolívia. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Venezuela. A Representação de Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Sim, Presidente. Obrigada.

Nós congratulamos a solicitação da Nicarágua para se incorporar à Associação e estaremos, já informamos nossa capital, dispostos a trabalhar no momento que for decidido. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Igualmente, expressamos nosso beneplácito, nosso prazer, desta petição, e quero refletir um pouco sobre as palavras do Embaixador da Argentina.

Antes da reunião e agora, ele apresentou algo muito importante, e eu gostaria que isso não ficasse como algo solto. É uma moção que eu gostaria de respaldar, e há a necessidade, se interpreto bem suas palavras, mas antes ele estava conversando com o Embaixador do Chile, há a necessidade de que nossos países localizem realmente o que é a ALADI.

Porque, como parte dos complexos latino-americanos, às vezes nos valorizamos menos do que somos, e assim acontece com a instituição, a ALADI. Então, às vezes nossos próprios países a veem como uma coisa pequena, uma coisa insignificante, e, concordando ou interpretando a ideia do Embaixador Olima, penso ser necessário que a Presidência, mais que a Secretaria-Geral encarregada, fizesse uma redação aprovada pelo Comitê para exortar e convidar os outros países não membros da ALADI, para que eles tomem conhecimento e valorizem a importância que a ALADI tem e a importância que pode ou tem para o futuro.

Parece-me uma excelente ideia apresentada pelo Embaixador Olima, que vejo ser canalizada assim. Que haja uma redação da ALADI e que seja enviada aos demais países da América Latina, para que descubram a ALADI, que não é tão pequena como alguns acreditam. Que sejam conhecidos os alcances ou as conquistas da ALADI nos últimos cinco anos, no contexto dos processos de integração da América Latina, porque somos de integração. Bem, o que fizemos para a integração no contexto de outras instituições?

Estava lendo o Glossário, revisando algo que me interessava, e, bem, a ALADI é a que tem a maior quantidade de membros ativos em funções permanentes, com relação a outros organismos.

Então, se tem algum peso em representação, acredito que a ALADI está cobrando um peso qualitativo como reflexão da problemática da integração na América Latina. Digo isso para que não fique solto o proposto pelo Embaixador Olima, que se convide, que se informe, porque eu estou convencido que alguns Presidentes não têm um conhecimento objetivo real do que é a ALADI ou do que ela pode fazer. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Equador. A Representação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Presidente, gostaria de completar o que estávamos trabalhando.

Agradeço as palavras do Embaixador Vera Manzo, e queria comentar o seguinte: quando o amigo Pablo Guzmán nos transmitiu o interesse da Nicarágua, eu fiz as consultas com a Chancelaria, que recebeu isso, claro, com grande satisfação, e autorizaram-me a que eu expressasse que seria bom que o Presidente do Comitê, porque isto é um tema político, não administrativo, enviasse uma nota aos Chanceleres dos demais países que não pertencem à ALADI, indicando a incorporação do Panamá, a vocação da Nicarágua de incorporar-se, as últimas conquistas da ALADI; e convidando os demais países da região a incorporarem-se à ALADI.

Parece-me, referindo-me ao que dizia o Embaixador Vera Manzo, que isto poderia ser uma boa iniciativa da ALADI, inclusive para instalar-nos, e como gesto político, porque está claro que a ALADI não será uma coisa desta natureza sem a correspondente aquiescência de cada um dos países. É o Comitê o que está tomando a iniciativa, mas está obviamente fazendo uma ação política que seus governos encarregaram. Parece-me que seria uma boa ocasião, e é o que estou propondo concretamente. Talvez não seja possível tomar a decisão hoje, porque compreendo que deveremos formular consultas com as Chancelarias, mas me parece ser uma iniciativa que não vale a pena ser deixada para trás. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, senhor Presidente.

Não podemos deixar passar este fato tão importante do interesse da Nicarágua, da terra de Sandino, de incorporar-se a este importante organismo como é a ALADI; concordamos com os Representantes da Argentina e do Equador com a importância cada vez maior que esta instituição está tendo, hoje em dia, também como fórum político. Penso que não somente é comercial, mas que estamos avançando na incorporação de, -por algo será- mais países, e o fato de que seja nosso Chanceler que fez as gestões e que procurou a incorporação da Nicarágua também faz com que seja pertinente que esta Representação adira a isso.

Penso que na grande crise econômica, ou nas novas que virão, não tenhamos dúvida, temos que aprofundar a relação Sul-Sul e temos que acreditar nela, penso que poderemos melhorar muito. Nossa relação é muito mais fácil do que a relação com os países do Norte. Estamos em um início, mas um interessante início, importante início, e concordo com o Representante do Equador de que, em nossos países, a maioria da população não conhece a ALADI, e temos que insistir com nossas Chancelarias de que é necessário difundir a importância, a tremenda importância, que tem e que terá daqui em diante. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Bolívia. A Representação do México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Bem, nós gostaríamos de reiterar o que já havíamos comentado quando foi mencionado pela primeira vez esse interesse da Nicarágua de aderir à ALADI, no sentido de que nos parece que é um ótimo sinal para o processo de integração o interesse de um país mais da região de se incorporar.

Em relação ao que foi apresentado pela Representação da Argentina, estamos totalmente de acordo, e assim foi como expressou nossos órgão máximo na última reunião do Conselho de Ministros. Houve, inclusive, uma Declaração com motivo da adesão da República do Panamá, e penso que a ação proposta pela Representação Argentina seria parte operativa desta declaração na qual, nosso órgão máximo celebra a incorporação do Panamá e faz um convite a todos os países latino-americanos, que ainda não o fizeram, a aderir ao Tratado de Montevideu 1980, então penso que o proposto pela Representação da Argentina é uma operativa desta Declaração de nossos Ministros. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México. A Representação do Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente.

Minha Representação quer cumprimentar a decisão do Governo da Nicarágua em solicitar sua adesão à Associação, e também queremos acompanhar a proposta do Representante da Argentina com relação à possibilidade de que façamos uma gestão para ver se novos países de nossa região possam aderir à Associação. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Levando em consideração o manifestado pela Representação do México e do Paraguai, penso que estamos efetivamente executando a Resolução do Conselho de Ministros.

Então, simplesmente para ordenar as coisas, parece-me que seria muito útil que essa nota chegasse, logicamente, à Chancelaria do Presidente Zelaya, em Honduras. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. Ofereço a palavra à Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, Presidente. Minha Representação também quer manifestar a complacência de que se tenha produzido esta solicitação da Nicarágua, que, de alguma maneira, estávamos esperando. É um motivo de alegria que esta Associação seja cada vez mais efetivamente latino-americana, porque uma Associação latino-americana em que participam doze países está coxa.

Por outro lado, penso que as duas propostas feitas pelo Embaixador argentino, com concordância do Paraguai, parecem-me fundamentais. A segunda, além disso, parece-me de um conteúdo ideológico muito oportuno e muito útil para o momento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Presidente, em relação à sugestão do Representante da Argentina, nós, de fato, vemos que a Declaração adotada no Conselho de Ministros, além de cumprimentar a decisão sobre a adesão do Panamá, fala de “um convite a todos os países latino-americanos que ainda não o fizeram, a aderir ao Tratado de Montevideu 1980, a fim de contribuir com o aprofundamento da integração regional, particularmente necessária no atual contexto internacional”. E aí diz: “Em tal sentido, intensificaremos aproximações com este objetivo”.

Então, trata-se aqui de precisamente dar operatividade a estas aproximações que estavam previstas nesta Declaração do Conselho de Ministros. Poderíamos talvez discutir a melhor forma de fazê-lo, de que forma se deveria fazer esta aproximação. Eu repetiria aqui uma posição que nossa Delegação já havia manifestado quando discutimos este ponto antes do Conselho de Ministros: devemos procurar evitar que a ALADI se coloque em uma situação de ficar fazendo publicidade de si mesma.

Em geral, as Associações que atraem mais os países são as que não precisam fazer sua própria propaganda, mas sim efetivar o que está previsto aqui, de fazer uma aproximação no sentido de apresentar o assunto no canal mais apropriado. Eu me permitiria acrescentar à consideração que nestas aproximações que estão previstas aqui, talvez se pudesse também incluir a questão do Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos, porque, na verdade, na perspectiva do aprofundamento da integração, a adesão ao Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos nos parece ser igualmente algo relevante, e que os países que ainda não fazem parte deste convênio, poderiam considerar a situação.

Claro que são dois procedimentos que são totalmente distintos. Um não supõe o outro, são coisas que se fazem por canais separados, mas no momento em que estamos fazendo uma aproximação, e levando em conta que o convênio é parte da estrutura mais ampla da ALADI, parece-nos que seria talvez útil que este tema pudesse também ser apresentado, e se poderia pensar, então, em discutir a melhor forma de fazê-lo, talvez pensar em uma missão da Secretaria que pudesse fazer uma visita para apresentar a ALADI e o convênio nestes países. Ou seja, penso que devemos definir a melhor maneira, mas é uma ideia que parece ser boa. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Que bom, pelo menos temos a perspectiva dentro de dez dias, de dezenove, de ter um novo Secretário-Geral, que dará evidentemente mais estatura à Associação.

Tem a palavra a Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, senhor Presidente. É somente para aderir à ideia da Representação da Argentina de fazer um convite a Honduras por intermédio da Chancelaria do Presidente Zelaya para aderir ao Tratado de Montevideu 80. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. Ofereço a palavra à Representação da Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Estou absolutamente de acordo em enviar essa comunicação a todos, incluindo o Governo Constitucional de Honduras, mas não à figura de Manuel Zelaya, e sim à figura de Patricia Rodas, que é a Chanceler, e é a quem corresponde neste caso.

Estou de acordo com o que foi manifestado aqui: façamos essa comunicação, vamos difundir o que os nossos Chanceleres acordaram com motivo da adesão do Panamá, eu penso ser importante que nos vendamos, é importante que façamos campanha publicitária da ALADI. É importante que demos a conhecer o que é a ALADI, quais são seus propósitos, etc., e estamos de acordo com essa proposta.

No entanto, queria chamar a atenção ao seguinte: a adesão à ALADI é um ato absolutamente voluntário, acredito que é necessário resgatar a decisão do Governo do Panamá de solicitar seu ingresso a esta Associação, bem como o Governo Nicaraguense está fazendo no dia de hoje.

Acredito que teria que ter clareza sobre as razões pelas quais isso está ocorrendo. Algo deve estar ocorrendo. A ALADI está fazendo algo que está chamando a atenção desses países. Certamente haverá outros países que manifestarão esse interesse, e, então, nesse sentido, digamos, penso que a melhor política publicitária que nós podemos fazer, repito, estando de acordo em fazer tudo o que foi mencionado aqui, é fazendo-o.

A ALADI continuar fazendo o que vem fazendo é a melhor maneira, a melhor forma de chegar aos Governos que ainda não manifestaram interesse nisto. Penso que seria necessário revisar o que ocorreu com a ALADI nos últimos dois, três anos, em termos das ações, das atividades que veio realizando, porque algo deve estar relacionado com esse interesse que mostraram.

Finalmente, também estou de acordo com que a ALADI se promova através de seus instrumentos. Um deles é o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, que tem uma conjuntura econômica, internacional, que permite. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Venezuela. É verdade. A melhor publicidade é fazendo, é o que disse o Embaixador do Equador com relação às conquistas e alcances. Essa é a grande publicidade de nossa Associação.

Outra grande publicidade, por exemplo, é a vinda, no sábado, do Presidente Felipe Calderón, às nove da manhã, eu gostaria de lembrar isso. É também um sinal grande, ou seja, isso é bom para a imagem da Associação. Às nove horas, o Presidente dos Estados

Unidos Mexicanos vem aqui para visitar-nos, e eu pediria então que tivéssemos a presença de todos os Representantes Permanentes ou os Alternos também, se possível, sábado, às nove da manhã.

A Representação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Gostaria de fazer uma reflexão; primeiro, assinalar, como o Embaixador Franklin disse, a nota dirigida à Chancelaria do Presidente Zelaya, coincidindo com isso.

Segundo, quanto ao manifestado pelo Brasil, sobre o tema do Convênio de Crédito e Pagamentos Recíprocos: tenho uma preocupação, porque na verdade é que esse convênio é basicamente manejado pelos Bancos Centrais, que têm uma série de critérios que nem sempre coincidem com os critérios políticos, então quero evitar que a nota da ALADI possa ter o mais mínimo ângulo que possa ser motivo de questionamento interno ou de reflexão, então me parece que podemos fazer alguma referência ao tema, não podemos especificamente convidar à incorporação porque é um tema que não conduzimos.

Concretamente, Presidente, sugeriria que, com base no que viemos conversando, poder-se-ia, através da Secretaria-Geral, fazer uma minuta de nota do que seria a nota do Presidente dirigida aos diferentes países, distribuí-la em minuta para que nós tenhamos a oportunidade de pronunciar-nos, e inclusive fazer algumas consultas com a Chancelaria, e fazer isso com certa rapidez, porque, por exemplo, o envio desta nota à Chanceler de Honduras não é um tema menor, e me parece que seria oportuno que isto fosse feito com certa rapidez, e não que passasse um mês para fazê-lo. Isto é o que eu queria dizer, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Um comentário apenas. Não acredito que é o caso de esperar um mês, mas poderíamos esperar dez dias até que o novo Secretário-Geral estivesse aqui. Penso que, como Associação, ter um Secretário-Geral instituído dá muito mais, volto a dizer, legitimidade e estatura. É minha opinião, já que a proposta feita aqui seria de que o Presidente do Comitê assinasse a nota.

A Representação da Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigada, senhor Presidente. Acredito que, como disse o Embaixador da Venezuela e como disseram todos aqui, a melhor publicidade que se pode fazer da ALADI é o próprio trabalho que estamos realizando, e, por isso, exortar todos os grupos de trabalho para que, quanto antes, continuem consolidando as tarefas e os projetos programados -por exemplo, hoje temos datas para as reuniões de negociação de Origem, de Salvaguardas-, fazendo com que a ALADI se dinamize, com que o comércio entre nossas regiões se dinamize, e isso permite que possamos mostrar muitos bons resultados ao resto dos países que não fazem parte de nossa Associação.

Para manifestar, também, a complacência do Governo Colombiano com o fato de que os demais países da América Latina que não fazem parte da Associação queiram ingressar na mesma, e dela participar, e também expressar que, no Grupo de Trabalho, oxalá seja convocado de maneira muito rápida, possamos fazer as consultas pertinentes às capitais. Consideramos que não haverá nenhum impedimento para que isso seja feito de maneira tão rápida e eficiente como se fez a adesão do Panamá, que aspiramos a que antes de finalizar o ano já tenha sua cadeira respectiva e que esteja se reunindo conosco neste recinto. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Colômbia. A Representação do México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Nós, um pouco à margem desta solicitação da Nicarágua, mas dentro do tema de ingresso de países à Associação, gostaríamos que, em algum momento, não necessariamente agora, a Secretaria pudesse nos dar um relatório sobre o estado no qual se encontra a adesão do Panamá, porque, do contrário, vamos ter um trâmite que não sabemos em que está quando já estamos iniciando outro.

Em relação ao que o senhor comentava, Presidente, se me permite agora, o Embaixador Cassio Luiselli me pediu para transmitir suas desculpas, ele não pôde comparecer a este sessão justamente pelos preparativos da vinda do Presidente Calderón, e gostaria de reiterar nosso interesse e nosso convite para que nos acompanhem no sábado, às nove da manhã, na visita do Presidente à Associação. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México. A Representação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Gostaria de referir-me ao que o senhor assinalava sobre os dez dias do Secretário-Geral. Concordo com isso, mas nada impede que no meio tempo nós distribuemos a nota, tendo a aquiescência, etc., para que, por exemplo, em 20 deste mês, já estejamos em condições de tirar a nota se houver um consenso ao respeito. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. A Representação do Peru, por favor.

Representação do PERU (Ricardo Romero). Obrigado, Embaixador. Brevemente: na realidade, nossa Representação também cumprimenta a solicitação apresentada pela República da Nicarágua para aderir ao Tratado de Montevideu 1980, e o que nós gostaríamos de destacar é que, justamente, é importante que a ALADI avance em um processo de inserção e de atração de outros países latino-americanos.

O Panamá é o que está mais próximo, mas nos parece importante que outros países latino-americanos se incorporem à Associação, com vistas, justamente, a dar uma dimensão latino-americana à Organização, e, nesse sentido, concordamos com a proposta feita pelo Embaixador da Argentina e apoiada por quase todos, e, dessa maneira, nossa Representação também quer se unir a mesma. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Peru. Gostaria de dizer que, em Assuntos diversos, a Secretaria vai fazer um relatório sobre o desenvolvimento dos trabalhos da adesão do Panamá. A Representação do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Estava totalmente de acordo com a intervenção da Argentina, e gostaria de acrescentar que não devemos condicionar esta nota à nomeação do Secretário-Geral, porque esta nota terá mais repercussão, mais peso, quanto antes pudermos aprová-la.

Se, na reunião de Ministros, houvesse uma reunião do Comitê no mesmo dia, e aprovássemos esta nota muito antes da reunião normal do Comitê, acredito que teria uma repercussão latino-americana. Penso que seria muito bom que a Secretaria elaborasse essa minuta, enviasse às Representações, e que cada uma contribuísse modificando,

corrigindo, informando os critérios dos países, e, na próxima reunião que tivéssemos, que estívéssemos aqui, aprovássemos essa carta do Comitê. Penso que teria uma repercussão extraordinária na América Latina.

Então, digo que separemos a eleição, e nos comprometamos o quanto antes para colaborar para que haja um consenso na redação dessa nota.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Equador. A Representação da Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Rapidamente, para manifestar que estou absolutamente de acordo com a proposta feita pelo Embaixador Olima, porque, além disso, nós não temos necessariamente que esperar a eleição do Secretário-Geral, entre outras razões porque estamos em uma decisão tomada pelos nossos Chanceleres, referente ao Panamá, mas onde falam do convite para que todos os países latino-americanos que não o tiverem feito, possam aderir ao Tratado. Eu diria que o que temos que fazer é difundir isso, fazer chegar a todas as Chancelarias dos países que não aderiram à ALADI. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Como Presidente, não posso comentar nada. Obrigado, Representação da Venezuela. Agora, a Representação de Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Concordo com a iniciativa apresentada pela Argentina e pelos outros países, assinalando a pressa ou a necessidade de que esta nota chegue, seja oportuna. Também gostaria de refletir um pouco: a Associação terá -pelo menos como eu vejo- o desafio ante os países que se interessam em nos acompanhar neste empenho.

A Associação tem como desafio, ante um mundo onde obviamente há uma crise nas relações comerciais multilaterais, que faz também com que nossos países, por sorte, olhem a região para buscar melhores condições de relacionamento, e a ALADI tem o desafio de capitalizar esse interesse de nossos países: que voltem a olhar a região ou que continuem olhando a região como uma possibilidade de resolver seus problemas. Então, é responsabilidade de todos nós que esses países estejam e se mantenham junto à Associação no empenho da integração. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Representação do Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena) Obrigado, Presidente. Gostaria de deixar expressa constância do apoio às três iniciativas mencionadas aqui: a distribuição de uma nota e o posterior envio da nota logo após a nomeação do novo Secretário-Geral.

Em relação a isto, queria fazer um comentário sobre a propriedade de fazer ou não uma propaganda para o ingresso, ou um movimento para o ingresso de distintos países. A OMC fez isto, quer dizer, há organismos internacionais que se preocuparam com o mesmo que estaríamos nos preocupando neste momento. A grande expansão da OMC, além do próprio interesse que podiam ter os países, também contou com uma iniciativa por parte dela.

Por outro lado, parece-me que seriam importantes também as outras duas iniciativas; a que tem relação com o convite à Chanceler do Governo eleito da Nicarágua, e a difusão, com os cuidados do caso, do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

Penso que um detalhe importante também seria dar a máxima publicidade ao próximo ingresso do Panamá, bem como a esta solicitação da Nicarágua. Penso que isso contribuiria para chamar a atenção dos países latino-americanos para o que está acontecendo neste momento na ALADI. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Uruguai. Ofereço a palavra para a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Penso que está mais ou menos claro o pensamento aqui na sala, mas, neste espírito de um intercâmbio aberto, eu queria comentar que, não sei, há acordo, nós não temos problema com a ideia de fazer uma iniciativa que represente uma aproximação no sentido do que está previsto na Declaração dos Ministros.

Mas, em relação à ideia de fazer uma nota do Presidente, logicamente o senhor saberá melhor, mas não está totalmente claro para nós se esse seria o melhor caminho, talvez pudéssemos pensar um pouco mais em definir a maneira de fazer esta aproximação.

Em minha intervenção anterior mencionei que seria, talvez, uma ideia de prover missões de informação de funcionários da Secretaria para esses países para, por exemplo, fazer uma apresentação do que é a ALADI, como funciona o sistema de preferências, quais são as vantagens comerciais que os países podem obter neste tipo de arranjo, etc., talvez isto seja mais efetivo a longo prazo que uma simples nota que, inclusive, coloca a situação de que o país que recebe a nota estaria na circunstância de ter que, então, responder a isto, responder a esta nota, e não sei, realmente não está claro para minha Delegação neste momento qual seria o melhor caminho.

Acrescento um ponto mais nesta reflexão livre: se tomarmos a iniciativa de fazer uma nota aos países, convidando-os a aderir à ALADI, estaremos, com isto, definindo -coisa que penso nunca termos feito, se estou equivocado, por favor, expliquem-me- quais são os países que, nos termos do Tratado de Montevideú, podem solicitar a adesão, porque o Tratado fala de países latino-americanos, agora, quais são exatamente os países latino-americanos? É uma questão que, em alguns casos, não há uma definição oficial. Então, vamos enviar talvez ao Haiti uma nota, não sei, não tenho instruções oficiais sobre isto, mas há situações que podem, talvez, ou seja, estaremos dando um passo importante, nós, o Comitê de Representantes, estará definindo qual é o universo de países que, em certa forma, têm direito de aderir, sob o Tratado.

Não digo que isto seja impossível de fazer, mas chamo a atenção de que estaríamos tomando uma decisão importante, que representaria uma interpretação do que está no Tratado, e por isso me pergunto pela ideia de fazer uma nota, poderíamos reter a ideia de fazer uma aproximação, discuti-lo um pouco mais, e talvez na próxima sessão deste Comitê tomar uma decisão sobre qual seria a melhor maneira de seguir adiante com este tema, sem se apressar demais porque não me parece que existe uma urgência de fazê-lo neste momento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. A Representação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. No mesmo espírito de refletir livremente, como falou o Representante Alternado do Brasil, eu acredito, sim, que existe pressa. Existe pressa, pelo menos, no caso de Honduras, em primeiro lugar. Em segundo lugar, concordo, com entusiasmo, com a ideia da questão da Secretaria-Geral. Acredito que na nota que estamos imaginando deveria ser incluída, para aqueles países que inicialmente mostrem interesse neste procedimento, a disposição da ALADI de enviar uma missão para que explique todos os pontos assinalados pelo Ministro Brito.

Compreendo as implicações jurídicas, mas penso que “nem tanto nem tão pouco”, distribuamos um primeiro conjunto de notas aos países que indubitavelmente são latino-americanos, e, para outros, haverá dúvidas: se Trinidad y Tobago é latino-americano, eu acredito que não, por exemplo. Devo reconhecer que o exemplo escolhido do Haiti é um exemplo muito ajustado, e não vejo inconveniente para que também convidemos o Haiti, e não vejo muitos outros países que apresentem, para mim, dúvidas se pertencem ou não à comunidade latino-americana. Mas, além disso, não acredito que esta seja uma definição do Comitê, é simplesmente um primeiro turno, um primeiro round, e se houver outros países da região aos que, hipoteticamente, não enviamos a nota que manifestam sua vontade de pertencimento, bem-vindos, estudaremos e analisaremos os casos.

Digo isto porque qualquer pessoa que for advogado sabe que, frente a qualquer apreciação, é possível ter “cinco bibliotecas a favor e cinco bibliotecas contra”. De tal maneira que, se nós começássemos a conversar sobre a essência latino-americana poderíamos passar anos; filosófica, genética, jurídica, política e sociologicamente falando sobre quais são os países latino-americanos.

Não acredito que essa seja uma decisão definitiva, penso, simplesmente, que é uma iniciativa, e que, embora não haja urgência, para que tenha eficácia política deve ser oportuna, e para que seja oportuna, tem que ter o tempo adequado.

Presidente, penso que estamos em condições de identificar rapidamente, e mais, até me atrevera a sugerir que enviássemos, antes de tudo, a nota para a senhora Chanceler de Honduras, antes das demais. O que estou dizendo é: nossos países, em diferentes âmbitos, que vão desde a OEA às organizações de outro tipo, estão buscando os mecanismos de mandar sinais claros e nítidos da necessidade de restaurar a ordem institucional em Honduras. Então, a ALADI, que há dez ou quinze dias se pronunciou sobre este tema, e houve concordância de todos nisto, pode ter uma iniciativa política que outros organismos da região não podem ter.

Senhores, utilizemos a ALADI para consolidar e para afiançar a vontade política de nossos países nesta matéria, que não diz respeito somente a Honduras, porque falamos sobre isso, informalmente, até o cansaço; estamos falando do reestabelecimento e do respeito às formas institucionais dos países. Estamos não somente defendendo Honduras, mas também estamos defendendo um esquema de princípios da região, que, dissemos, não mais, nunca mais, ao rompimento da ordem institucional. A Argentina, nesse sentido, teve um monte de dificuldades, que todos sabem, e conseguimos, com o respaldo de não poucos países membros, resolver nossa crise de maneira institucional. As crises dos países devem ser resolvidas institucionalmente, e todos os nossos países se manifestaram nesse sentido.

Então, em relação a Honduras, não tenho a menor dúvida de que isto seria uma iniciativa interessantíssima, e que está no sentido que todos nossos países pronunciaram. A respeito do demais, tenho a mesma sensação. Não vejo razões para que dilatemos o tema.

Compreendo as implicações jurídicas e políticas assinaladas pelo Ministro Brito, mas um velho professor me ensinou que há momentos em que é necessário pular as formas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. A Representação do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Quero destacar um fato: é a segunda sessão até agora em que estou plenamente de acordo com o Embaixador Olima. Não vá ser uma má mensagem de que como ele está se retirando da ALADI, por coincidir com ele, eu também me retire.

- Hilaridade.

Coincido totalmente. Ele dizia para utilizarmos a ALADI, e eu acrescento outras palavras minhas: utilizemos a ALADI para coisas grandes. Utilizemos a ALADI, digamos, para que tenha uma repercussão.

Acredito que, sem querer, cada momento que estamos tratando este tema adquire uma dimensão mais extraordinária. É uma iniciativa extraordinária. É uma iniciativa em que nós estamos nos liberando de nossas próprias cadeias que nos impediram de pensar e fazer. Se não o fizermos, será por nossos medos, por nossas incapacidades, por nossos temores, porque podemos fazê-lo, e eu acredito que é uma iniciativa de extraordinária importância, se oportuna.

No caso da Ministra das Relações Exteriores de Honduras, penso que se requer esta mesma petição: que seja urgente para que tenha peso. Em outras palavras do manifestado pelo Embaixador Olima: não estamos somente defendendo Honduras, estamos defendendo a nós mesmos, porque na medida em que a ditadura sobreviver, abrir-se-á o caminho para o resto de ditaduras para a América Latina. É crucial derrotar a ditadura em Honduras, e a derrotamos com iniciativas como estas, e com mais iniciativas que os países e as organizações, digamos, assumirem com criatividade e valentia. É um assunto crucial. A fronteira geopolítica está muito próxima de todos nós, há perigos de repercussões em toda a América Latina. É crucial que a ditadura de Honduras fracasse, porque estão em jogo todos nossos países, então, se houver uma iniciativa, assim, desta importância, não importa que seja como colocar uma coroa em um morto, se serve para alentar a vida dos outros povos, que somos nós.

Acredito, sim, que há totalmente urgência, como disse o Embaixador Olima, e não era suficiente que ele o dissesse se alguém não o retomasse, e temos que retomá-lo mais, porque podemos estar divididos aqui, e espero que não seja assim, entre os que acreditam que temos que ter paciência para fazer isto, e outros, que acreditam que, para que tenha efetividade, essa medida tem que ser urgente, e, por isso, coincido totalmente com o Embaixador Olima. Como alguma vez disse: acima da Lei está a vida, acima da Lei está a justiça. Há muitas leis injustas, e aqui não estamos violando nenhuma Lei, mas se houver que violar alguma Lei, salva-se um ser humano. Estamos salvando os países da América, contribuindo. Então, não se está violando nada. Eu gostaria que alguém dissesse o que está sendo violado, estamos talvez liberando a nós mesmos, nossos freios mentais, nossa escravidão que nos proibiu de pensar. Isso foi colocado de manifesto nesta sessão, e melhor se a cada dia fosse mais assim.

Esta iniciativa deve seguir adiante, e, neste caso, a Secretaria tem uma primeira responsabilidade que essa minuta tem que ser elaborada quanto antes, quanto antes

distribuída às Representações, e depois vem nossa parte, o que pudermos corrigir ou consultar com nossos países,. Sempre há dois responsáveis: o que os outros fazem e o que cada um de nós pode fazer. Não podemos culpar os outros pela demora que puder ter, porque às vezes se deve assumir a própria responsabilidade, pois, do contrário, é demasiado tarde. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Equador. A Representação do Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Brevemente, acredito que a nenhum de nós escapa a importância política deste momento, especialmente para o caso que estamos mencionando de Honduras. Há um despertar dos povos latino-americanos, sobretudo depois das últimas ditaduras. Trata-se de enterrar a possibilidade de que estas coisas se repitam, e nenhum esforço é suficiente para isso.

Os países se deram mecanismos como as cláusulas democráticas, transcendendo seus acordos comerciais, buscando precisamente que este tipo de situação não aconteça nunca mais. Eu gostaria de expressar, neste sentido, que a única dúvida que tenho é se seria conveniente que mandemos exclusivamente uma nota prévia, anterior às demais, à Chancelaria do Presidente Zelaya. Penso que devemos nos apressar para tirar uma nota, distribuí-la entre nós, consultar nossas Chancelarias e enviá-la o mais rápido possível a todos os países latino-americanos, com as observações feitas pelo Embaixador Olima, de que, certamente, há países indubitavelmente latino-americanos aos quais nós poderíamos rapidamente, sem equivocarnos, enviar. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Uruguai.

Bem, todos já se manifestaram sobre essas duas iniciativas realmente muito importantes da ALADI, que têm relação com a imagem da ALADI e a decisão do último Conselho de Ministros, de ampliar, ou pelo menos de fazer uma publicidade da ALADI, da Associação e da integração, como maneira de poder ampliar o número dos países-membros.

Volto ao primeiro ponto, que é o ponto da Agenda, a questão da adesão da República da Nicarágua. Penso que é o ponto mais imediato que temos que tratar agora, afinal, há um pedido oficial do Governo Nicaraguense de aderir ao Tratado de Montevideú, e seria bom que pudéssemos ter um pronunciamento, pelo menos, do Comitê, uma manifestação do Comitê a esse respeito.

Sugiro ao Comitê que vamos por partes. Eu dizia que, junto com a nota distribuída aos países, aos Representantes Permanentes, diretamente às Representações, também foi enviado pela Secretaria um projeto de Resolução, que é um projeto de Resolução corriqueiro, regular, que encomenda a criação de um Grupo de Trabalho.

Pergunto se podemos agora, hoje, já aprovar este projeto de Resolução que cria um Grupo de Trabalho. A Venezuela falou de um Coordenador, teria uma proposta de coordenação pela Bolívia. Mas penso que a coordenação não precisaria, desde agora, como fizemos com o Panamá, ser decidida hoje, mas poderíamos, diante de todas as manifestações muito favoráveis que todos fizeram aqui com relação ao pedido de adesão da Nicarágua, aprovar o projeto de Resolução de criação do Grupo de Trabalho? O que é exatamente o mesmo projeto de Resolução que foi aprovado para o caso do Panamá. Podemos fazer isso?

Então, estamos todos de acordo com a criação do Grupo de Trabalho que considerará a solicitação de adesão do Tratado de Montevideu 1980. Acredito que este é um ponto importante que deveríamos, eu acho que ao aprovar um projeto ... A Representação da Colômbia pede a palavra. A Representação da Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigada, Presidente. Não é nenhuma objeção ao projeto como tal, eu gostaria de avançar, e para dar uma resposta imediata à solicitação de que fosse designado -como disse o Embaixador da Venezuela- como coordenador do Grupo de Trabalho o Embaixador da Bolívia, e começássemos de uma vez a trabalhar na próxima semana, fizéssemos as consultas e começássemos com o processo para não demorarmos.

PRESIDENTE. Bem, a proposta da Colômbia é de designar, além de aprovar o projeto de Resolução que cria o Grupo de Trabalho, o coordenador do Grupo. Há acordo sobre isso? Sobre a coordenação pela Bolívia do Grupo de Trabalho que considerará a adesão ao Tratado de Montevideu 80 da Nicarágua? Estão todos de acordo, inclusive a Bolívia?

Por favor, a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, senhor Presidente. Bem, penso que aceitamos a proposição da Venezuela respaldada pela Colômbia para coordenar este Grupo de Trabalho, já que foi iniciado pelo meu Chanceler, nosso Chanceler, é uma honra poder continuar o trabalho que ele iniciou, e encomendado pela ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, muito obrigado. Penso que é isso a que os Embaixadores do Equador, da Venezuela e da Argentina se referiam, essa é a maior publicidade das coisas; é fazer, é conseguir atingir metas, ter conquistas e alcances, como disse a Representação do Equador.

Penso que haver decidido tão rapidamente criar um Grupo de Trabalho para considerar a adesão da Nicarágua, como reação a um pedido de solicitação de adesão da Nicarágua, de um país importante como a Nicarágua, e de uma vez também designar o Coordenador deste Grupo, penso que todos devemos nos felicitar por isso.

Então, a Resolução que considerará a solicitação de adesão da República da Nicarágua é a 353. Então, a 353 criou o Grupo de Trabalho, e ficou designado o coordenador do Grupo, a Bolívia.

“RESOLUÇÃO 353

SOLICITAÇÃO DE ADESÃO DA REPÚBLICA DA NICARÁGUA AO TRATADO DE MONTEVIDÉU 1980

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o disposto nos Artigos 55 e 58, do Tratado de Montevideu 1980, e as Resoluções 239 e 262, do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO a solicitação de adesão ao Tratado de Montevideu 1980 apresentada pelo Ministro das Relações Exteriores da República da Nicarágua mediante Nota MRE/DVM-DGA/274/04/09, de 14 de abril de 2009,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Encomendar ao Grupo de Trabalho criado pela Resolução 239 do Comitê de Representantes considerar a solicitação de adesão ao Tratado de Montevideu 1980 apresentada pela República da Nicarágua.

SEGUNDO.- O Grupo reunir-se-á com a presença de, pelo menos, dois terços das Representações Permanentes que o integram e adotará suas recomendações por dois terços e sem que haja voto negativo.”

...Com relação às outras duas iniciativas, a nota dando publicidade à ALADI, e a nota, não entendi bem se seria uma nota específica para o caso de Honduras ou se seria a mesma nota que seria estendida também para Honduras. Pergunto à Representação da Argentina, já que foi quem fez essa proposta.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. É uma só e única nota, dirigida a todos. O que digo é simplesmente, quando coloquei o de Honduras, coloquei como exemplo de que, sim, há um elemento de urgência na oportunidade. Mas há uma só e única nota para todos os países que decidirmos convidar, o que não significa que todas têm que sair no mesmo dia. Pode haver uma primeira rodada de quatro, cinco, seis notas, para avançar. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Como o Embaixador da Argentina, o Embaixador Olima mesmo nos disse, essa é uma iniciativa da maior importância, mas que terá que ser consultada com as Chancelarias. Entendo que todos aqui também teriam que fazer suas consultas.

Proponho que peçamos de uma vez à Secretaria que prepare uma minuta do que poderia ser a nota. Veremos depois, decidiremos depois quem a assinará, se será o Presidente do Comitê ou o Secretário-Geral que estará conosco, esperamos, dentro de dez dias, mas eu sugeriria ao Comitê que fosse dada nesta minuta, nesta nota, muita relevância e uma dimensão mais ampla ao que a Venezuela disse sobre que, no fim das contas, foi o Conselho de Ministros que quis fazer esta divulgação. Acredito que reiterar os termos do Conselho de Ministros dará muito mais importância a esta divulgação, uma dimensão de Ministros. Se temos ao final uma declaração dos próprios Ministros, por que não valorizar isso, e fazer essa divulgação, como disse a Venezuela?

É uma sugestão que faço ao Comitê, e se o Comitê está de acordo, pediremos que isso seja muito valorizado na nota; que seja o conteúdo, a substância da nota, de verdade o que a Venezuela propôs. No final das contas, foram os Ministros que disseram isso, que tomaram essa decisão e que decidiram fazer a publicidade. Agora, se fizermos uma nota, não sei, que não preserva esta dimensão ministerial, este pedido, vamos minimizar, vamos desvalorizar esta encomenda feita por nossos próprios Ministros.

Tem a palavra a Representação da Argentina, por favor

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Está absolutamente claro que esse é o tema central, o que o Comitê de Representantes faz é executar –como indicou a Representação do México em uma palavra- a Resolução do Conselho de Ministros.

Gostaria de deter-me dez segundos, Presidente. O senhor colocou em dúvida se o Secretário-Geral assina, eu acredito que quem deve assinar é o Presidente do Comitê de Representantes e deve ser referendada pelo Secretário-Geral, porque isto é uma iniciativa política. Não é uma iniciativa técnica. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

Então, tem que ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário-Geral, há um Secretário-Geral neste momento; nós decidimos ter um, isto não está acéfalo. Até o dia 19 haverá um Secretário-Geral que está encarregado, e depois virá outro. Esta instituição tem Presidente do Comitê de Representantes e tem Secretário-Geral; o Presidente a assina e o Secretário-Geral a assina ou a referenda; estou absolutamente de acordo com isso.

Em segundo lugar, digo o seguinte: estou de acordo com o senhor, Presidente, com o que acaba de dizer acerca da difusão, que foi o aprovado pelo Conselho de Ministros, e para isso não é necessário fazer consultas. Espero que ninguém venha me dizer aqui que tem de consultar o que já foi decidido pelos Ministros, então não tem maior sentido continuar esperando, vamos proceder com a nota. Vamos ver qual é a nota que estão preparando, e vemos aqui se estamos de acordo; bem, que tomemos a decisão da Nicarágua rápido, e ajamos rapidamente neste caso.

Finalmente quero dizer o seguinte: espero que -não sei como se diz aqui, mas penso que é através do Departamento de Imprensa da ALADI- tenham feito chegar ao Governo Constitucional de Honduras a Resolução 348 que foi aprovada por este Comitê de Representantes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Venezuela.

Se os senhores me permitirem, quero fazer mais uma sugestão a partir do manifestado pela Venezuela. Talvez esta nota, que poderia ser assinada pelo Presidente do Comitê ou referendada pelo Secretário-Geral, devesse servir basicamente para reproduzir o texto da Declaração do Conselho de Ministros. Eu acredito que daria muito mais relevância e muito mais dimensão à própria nota. Reproduzindo, recordando ou informando a esses países que o Conselho de Ministros assim o decidiu, como forma de dar publicidade à Associação.

A Representação do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bem, entendi que, nessa nota, é necessário citar expressamente o concernente ao tema, mas não pode ficar somente aí, é necessário ampliar o espírito do que implica essa Resolução. Do contrário ficaria muito morto, muito seco.

Às vezes, uma discussão longuíssima pode ser condensada em uma ou duas linhas, e é o que está aí na Resolução. Mas eu diria que não fiquemos somente nisso, que conste o que expressamente está aprovado, mas que haja um desenvolvimento e uma explicação, porque, às vezes, um pensamento, em qualquer tema, fica tal como está, e há pessoas que

o interpretam tal qual é, e há outras que o interpretam muito menos, e eu acredito que se deve valorizar o que está aí, explicar um pouco, sem distorcer o espírito da nota, mas que o espírito fique claro na explicação.

Isso eu entendia ser assim, porque não pode ser reduzido, reproduzido, tão somente isso, seria muito condensado, e acredito que merece uma maior explicação, porque se trata de convencer, de motivar os Governos e outros, então, às vezes, são necessários mais elementos de juízo do que essa simples explicação condensada tem. Digo que é necessário ter as duas coisas.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Equador. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Perdão, Presidente, mas a discussão evolui de forma interessante; ao princípio, falava-se de fazer consultas, agora há uma proposta de tomar uma decisão neste momento.

Minha Delegação já manifestou seu pensamento neste momento; nós escutamos com muita atenção os argumentos sobre esta questão da urgência, e tenho que dizer que não nos convenceram. Não nos parece que há uma urgência que exija uma decisão sobre isto. Neste momento, respeitamos os que podem pensar de outra forma, mas não nos parece que esperar até a próxima semana para que se tome uma decisão geraria algum grande problema nas relações internacionais ou no futuro de nossa região.

Dessa maneira, pediria que a proposta continuasse em consideração e que, sem prejuízo disso, se quiserem que a Secretaria faça uma minuta, está bem. Mas nós pediríamos a oportunidade de fazer as consultas necessárias, inclusive porque, como disse bem o Representante da Argentina, não é uma questão técnica, é uma questão política, e as questões políticas, em nosso caso, necessitam uma consulta à Chancelaria. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Por favor, se me permitem, Bolívia e Equador. Digo isto para o Brasil, a intenção justamente era sugerir que pedíssemos à Secretaria que preparasse um texto, uma minuta, que seria submetida à consideração na próxima reunião, e eu imagino que as Representações considerarão, a partir do texto, se precisam ou não consultar suas capitais. Penso que dependerá da minuta ou do texto que for apresentado e da consideração de cada uma das Representações.

Essa era minha intenção a respeito desta iniciativa. A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, Presidente. Na verdade, é somente para aderir à posição de urgência proposta pela Argentina e pelo Equador. Acredito que estamos vivendo um momento importantíssimo na América Latina. Essa prova de laboratório que estão fazendo em Honduras é um mau exemplo, já foi dito pelo nosso Conselho de Ministros, já fizemos uma Resolução de apoio, e não acredito que precisemos consultar alguém para isso, e quanto mais rápido pudermos enviar essa mensagem, que poderá ter, talvez, para alguns, muito pouca importância, mas não tem pouca importância para os que estão brigando pela restauração da democracia, por esse grande avanço contra o que todos nós sofremos, a força contra a razão, e que possamos mandar a nota o mais rápido possível.

É somente isso, e como dizia a Representação da Venezuela, não necessitamos, penso, nenhuma autorização de Chancelaria. Pelo menos em nosso caso. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. A Representação do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Sim, neste caso me aproximo mais da sua interpretação, Presidente, do que a do Representante do Brasil. Não estamos aprovando neste momento o conteúdo da nota que não existe, estamos tão somente aprovando que seja elaborada uma nota, que deve ser feita quanto antes.

O conteúdo será feito em seu devido momento, quando cada uma de nossas Partes intervier corrigindo-as, até considerarmos seu conteúdo conveniente. Então, penso que isso deve estar bem claro. Não estamos aprovando uma nota. Nunca se faz isso, aprovar uma nota, um cheque em branco. Isso seria assinar um cheque em branco sem saber seu uso, mas acredito que há uma decisão de que seja elaborado esse instrumento, esse material, para que logo seja trabalhado, e aí se verá se o aprovamos, e como o aprovamos.

Opino isso, coincidindo com o senhor, Presidente, de que a nota tem que ser feita. Isso foi aprovado, e de forma urgente. Alguns países têm urgência. Outros, quanto maiores, têm menos urgência. Quanto mais poderosos, menos urgência. Quanto mais resolvidos os problemas econômicos de seus países, ainda sendo pequenos, menos pressa; mas os países postergados, com comércio desigual e em exploração, sim, têm urgência.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Equador. A Representação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Sendo práticos e operativos, quero sugerir o seguinte, e depois cada um tomará o tempo correspondente. Nas próximas quarenta e oito horas, o Secretário-Geral distribui a minuta de nota, e colocamos o tema como um ponto específico na agenda do Comitê de Representantes do dia 19. Ou seja, já ter a questão pronta para o dia 19.

Fica uma semana para todos aqueles países que precisarem fazer consultas. Primeiro, sobre a filosofia, e, depois, quatro dias para dar uma resposta sobre o teor da nota. Pessoalmente, eu compreendo o que diz o Ministro Brito, porque me faz lembrar uma frase que falei com um colega brasileiro, Marcos Azambuya: “a África não teve nenhuma urgência, por isso há anos que não aparece nos jornais algo quando há algum drama”. A urgência ou não das coisas não se mede no momento, se mede na história, e penso que este é um momento de urgência para a região. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Bem, obrigado, Representação Argentina. Então, tentando fazer um resumo, pedimos à Secretaria que faça uma minuta de nota que teria conteúdo, que não deixaria de reproduzir a Declaração do Conselho de Ministros. A Secretaria tomou nota de todas as observações feitas aqui, inclusive a observação feita pela Representação do Equador, de que deveria talvez fazer uma pequena explicação, mas que se daria mais relevância à declaração do Conselho.

Acredito que deveria reproduzir, inclusive. A Representação Argentina propôs que fosse feita uma sessão ordinária junto com a sessão extraordinária no dia 19. Estamos de acordo com isso? Para considerar a nota no dia 19, junto com a sessão extraordinária que elegerá o Secretário-Geral. Teríamos uma reunião do Conselho, e uma sessão ordinária do

Comitê, para a consideração da minuta apresentada submetida pela Secretaria-Geral. Estamos de acordo com isso?

7. Preparação da Segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros

...Bem, então assim será feito. Podemos passar ao ponto sete da agenda, que é a preparação da Segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.

Com relação à preparação, vejamos se todos nós estamos de acordo. Definir, por exemplo, o horário; não havíamos definido o horário do dia 19. Pergunto se podemos marcar para as dez? Dez horas, o horário da Segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros. A Representação do Peru pede a palavra.

Representação do PERU (Ricardo Romero). Obrigado, Presidente. Não temos nenhuma dificuldade com o horário proposto, mas gostaríamos de formular um esclarecimento: a Representação do Peru deseja manifestar que, após uma cuidadosa avaliação realizada pelas mais altas autoridades de meu país quanto à designação do novo Secretário-Geral da ALADI, para que complete o mandato do renunciante Embaixador Bernardino Saguier, o Governo Peruano decidiu apoiar a candidatura do Embaixador José Félix Fernández Estigarribia, o que já foi comunicado oficialmente ao Governo do Paraguai.

Neste sentido, a Representação se une ao consenso, e, em consequência disso, retira sua proposta de parágrafo resolutivo do projeto de Resolução que será elevado à consideração da Segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, que terá lugar no dia 19 do mês corrente na sede da Associação.

Como se sabe, o Peru sustentou uma sólida argumentação jurídica nos diferentes âmbitos nos quais participou, especialmente no Comitê de Representantes, sobre como proceder à designação do Secretário da Organização, sustentada simplesmente nas disposições do Tratado de Montevideu 1980 e suas normas.

Outrossim, minha Representação quer deixar claramente estabelecido que a posição de meu país não pretendeu, de forma alguma, afetar o legítimo direito do Governo do Paraguai de apresentar o Embaixador José Félix Fernández Estigarribia, nem de vetar sua candidatura e menos entorpecer os trabalhos da Associação.

Nossa posição refletiu simplesmente o ânimo de minha Representação de analisar e avaliar de maneira coletiva as implicações desta importante questão desde uma ótica estritamente jurídica que respeite plenamente o estipulado no mencionado Tratado internacional.

Finalmente, a Representação do Peru deseja especificar que o respaldo à aspiração paraguaia se realiza sob o entendimento que o mandato do Embaixador José Félix Fernández se circunscreve a completar o mandato que resta ao Secretário-Geral renunciante, Embaixador Hugo Saguier, conforme sua designação acordada na Resolução número 63 do Décimo Quarto Conselho de Ministros, de 11 de março de 2008, a fim de não gerar fases e evitar alterar os períodos de mudanças dos cargos da cúpula da Secretaria-Geral que deverão ser produzidos em março de 2011. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Peru. Uma ótima notícia para todos nós, justo no momento em que estamos falando da imagem, da publicidade da Associação. Uma notícia muito auspiciosa. Muito obrigado, Representação do Peru.

A Secretaria, então, com base no manifestado pelo Peru, diz que teríamos duas possibilidades: aprovar uma nova Resolução de consenso, sem o parágrafo segundo que estava entre colchetes, a pedido do Peru, ou deixamos constância em Ata da manifestação do Peru, e submetemos ao Conselho diretamente um projeto de Resolução, sem colchetes e consensual.

Eu prefiro a segunda solução, se estamos todos de acordo. Submetemos, então, diretamente ao Conselho o mesmo projeto de Resolução sem os colchetes apresentados pelo Peru, já que agora o Peru deu a boa notícia de que os retira. Então, o Comitê submete ao Conselho, do dia 19, que começa às dez horas da manhã, um projeto de Resolução consensuado sobre a designação do Embaixador José Félix Fernández Estigarribia, do Paraguai, como Secretário-Geral da ALADI. Parabênzo o Comitê por esta decisão.

Então, começaríamos a reunião do Conselho às dez e, em seguida, começamos a sessão ordinária para considerar a minuta que será submetida pela Secretaria-Geral a respeito da divulgação do texto do Conselho de Ministros sobre a ALADI, sobre a Associação.

8. Assuntos diversos

...Com isso, entramos no último ponto da agenda, que é o ponto oito: assuntos diversos. Eu me lembro de haver dito que havia um ponto para incluir aí, mas não me lembro qual era. A Representação Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, o ponto mencionado pelo senhor foi solicitado pelo México, que é o relatório sobre a evolução do tema Panamá, mas, junto com isso, Presidente, atento à hora, eu me permitiria incluir este ponto como um ponto específico de agenda em outro momento. Digo isso porque alguns têm compromissos já assumidos anteriormente, mas, logicamente, fica à liberdade do Comitê.

PRESIDENTE. O Comitê está de acordo em pospor o relatório sobre o Panamá feito pela Secretaria?

Estamos, então, de acordo, e com isso encerramos a sessão, muito obrigado. Perdão, o Secretário-Geral ainda tem algo a dizer-nos.

SECRETÁRIO-GERAL INTERINO. Obrigado, senhor Presidente.

Somente para lembrar que hoje fazemos aniversário. Em 12 de agosto de 1980 foi assinado o TM80. Hoje é 12 de agosto de 2009; hoje fazemos 29 anos, então vale a pena gastar uns segundinhos em Assuntos diversos para lembrar.

PRESIDENTE. Que jovens nós somos, não? 29 anos, que jovens que somos.

SECRETÁRIO-GERAL INTERINO. E roubando mais alguns segundos, temos mais dois temas: há umas sessões indicamos que tínhamos um oferecimento do Embaixador da China de fazer uma apresentação sobre a política exterior chinesa para a América Latina.

Queríamos propor-lhes fazer essa apresentação em algum momento em um espaço do Comitê, ou fazer uma reunião especial para que o Embaixador possa apresentar este relatório. O Presidente me diz que seria melhor fazê-lo no Comitê. Se lhes parece bem, obviamente não no dia 19, mas sim na reunião do dia 26, se é que o Embaixador chinês pode, poderíamos incluir na agenda esta palestra do senhor Embaixador da China.

PRESIDENTE. Bem, estaríamos, então, de acordo de que depois da reunião do dia 19, no Comitê seguinte, abríamos um espaço para o Embaixador da China. Estamos de acordo com isso? Sim, estamos. Muito obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL INTERINO. Também há umas sessões tivemos o oferecimento da CEPAL. Os senhores se lembram de que na 1029ª sessão, de 4 de fevereiro deste ano, falou-se sobre a necessidade de fazer um acompanhamento da crise?

Neste sentido, os senhores veem que na pasta de hoje temos um terceiro relatório sobre o impacto da crise na região, e, em seu momento, contatamos a CEPAL, que é o organismo regional que está fazendo o acompanhamento da crise e de seu impacto na região, e também temos o oferecimento de que um colega da CEPAL pudesse vir ao Comitê para dar uma palestra sobre a evolução da crise, e então também fica à consideração dos senhores Representantes.

PRESIDENTE. A Representação da Argentina pede a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, lamento informar que tampouco tenho em minha pasta este terceiro relatório de acompanhamento, por isso me sinto um desprotegido, um abandonado.

SECRETÁRIO-GERAL INTERINO. É o documento 2218.2.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Em segundo lugar, parece-me excelente a ideia de que venha, de fazer uma reunião do Comitê, mas eu faria uma reunião do Comitê especial para estes casos, Presidente, porque é necessário, para algo desta natureza, dar amplitude de tempo para poder conversar, discutir, perguntar e não simplesmente uma exposição de vinte minutos e ponto final. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. Bem, alguma outra observação? A Representação do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Entende-se que o proposto pela Argentina foi aprovado, não? Uma vez mais estou de acordo: tem que ser uma sessão especial. Tem que haver oportunidade para dialogar, não somente para ouvir, em um tema tão importante.

PRESIDENTE. Bem, então será uma sessão especial para receber o Embaixador da China.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Refiro-me à CEPAL.

PRESIDENTE. Sobre a CEPAL? Não sobre a China? Então sobre a CEPAL. Muito obrigado e até o sábado, às 8h45m para receber o Presidente do México.

Encerra-se a sessão.